

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: POLÍTICA PÚBLICA E A
PANDEMIA DE COVID-19 NO CONTEXTO DO INSTITUTO
FEDERAL DE MINAS GERAIS – CAMPUS GOVERNADOR
VALADARES**

DAIRDE ROCHA DOS SANTOS COSTA

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: POLÍTICA PÚBLICA E A PANDEMIA DE
COVID-19 NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS
GERAIS – CAMPUS GOVERNADOR VALADARES**

DAIRDE ROCHA DOS SANTOS COSTA

Sob a Orientação do Professor
Dr. Antônio Carlos de Souza Abboud

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação, no Programa de
Pós-Graduação em Educação Agrícola,
Área de Concentração em Educação
Agrícola.

**Seropédica, RJ
Setembro de 2023**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C839 a COSTA, DAIRDE ROCHA DOS SANTOS , 1981-
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: POLÍTICA PÚBLICA E A PANDEMIA
DE COVID-19 NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS
GERAIS - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES / DAIRDE ROCHA
DOS SANTOS COSTA. - Seropédica, 2023.
82 f.: il.

Orientador: Antônio Carlos de Souza Abboud.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agricola, 2023.

1. Política de Alimentação. 2. PNAE. 3. Pandemia de
covid-19. 4. Matriz SWOT. I. Abboud, Antônio Carlos de
Souza , 1960-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação
Agricola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N° 82 / 2023 - DATS (11.39.00.35)

Nº do Protocolo: 23083.069385/2023-57

Seropédica-RJ, 16 de outubro de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Dairde Rocha dos Santos Costa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 25/09/2023

Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA ABOUD - UFRRJ
Orientador

Dra. LUCIANA HELENA MAIA PORTE - UFRRJ
Examinadora Interna

Dra. SANDRA REGINA GREGORIO - UFRRJ
Examinadora Interna

Dr. WILLERSON CUSTODIO DA SILVA, UFV
Examinador Externo à Instituição

(Assinado digitalmente em 16/10/2023 22:37)
ANTONIO CARLOS DE SOUZA ABOUD
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DATS (11.39.00.35)
Matrícula: 1080064

(Assinado digitalmente em 17/10/2023 09:43)
LUCIANA HELENA MAIA PORTE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
Matrícula: 1544711

(Assinado digitalmente em 17/10/2023 05:59)
SANDRA REGINA GREGORIO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DTA (12.28.01.00.00.00.46)
Matrícula: 1350628

(Assinado digitalmente em 18/10/2023 11:51)
WILLERSON CUSTÓDIO DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 944.778.926-91

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **82**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **16/10/2023** e o código de verificação: **9faaeb49b6**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido e aos meus familiares pelo apoio e incentivo. Dedico também àqueles que, assim como eu, acreditam que para conquistar nossos sonhos é preciso superar a nós mesmos, pois não se pode prever o que alguém é capaz de realizar com fé, esforço e persistência.
“Combatí o bom combate, completei a carreira, guardei a fé.” (2Tm 4:7-8)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, porque até aqui Ele tem me sustentado. Agradeço também a cada pessoa que Ele colocou na minha vida e que contribuiu para a concretização desta dissertação.

Ao Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Governador Valadares, na pessoa do Professor Willerson Custódio da Silva, pelo incentivo, que permitiu o meu crescimento acadêmico e profissional. Estendo também os meus agradecimentos ao Campus São João Evangelista, na pessoa do Professor José Roberto de Paula, pelo empenho e parceria para que este mestrado fosse realizado.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), especificamente ao Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, por este projeto formativo que oportuniza uma qualificação transformadora.

Ao meu orientador, Professor Doutor Antônio Carlos de Souza Abboud, que me acompanhou nesta jornada, e que me deu um direcionamento objetivo e com liberdade para que eu pudesse fazer as minhas escolhas.

Aos meus colegas de turma pelo companheirismo.

E, por fim, aos meus maiores incentivadores, sem os quais eu não teria forças possíveis para finalizar este trabalho: meus pais, Tião e Canica, irmãos e amigos pelas orações e principalmente ao meu marido, João Eustáquio, meu companheiro de vida, que sempre me apoia e com quem eu posso contar. Ele não foi só importante, mas essencial para que eu conseguisse começar e finalizar este mestrado.

RESUMO

COSTA, Dairde Rocha dos Santos. **Alimentação Escolar: Política Pública e a Pandemia de Covid-19 no Contexto do IFMG – Campus Governador Valadares.** 2023. 82f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o mais antigo programa social do governo federal, passou por diversas atualizações e ajustes desde a sua concepção na década de 1950. Em 2020, em função da pandemia de Covid-19, a Lei nº 11.947/2009, que rege o programa, foi alterada para autorizar a utilização dos seus recursos, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, para a aquisição e a distribuição de gêneros alimentícios aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. A pandemia gerou uma crise sistêmica produzindo consequências não apenas de ordem biomédica e epidemiológica, mas também sociais, econômicas, políticas e culturais, cujos impactos, normalmente, são mais significativos para a população economicamente mais vulnerável. Diante disso, o presente trabalho analisou como a alimentação escolar dos estudantes do IFMG- Campus Governador Valadares foi afetada pela pandemia do covid-19 nos anos de 2020 e 2021. O percurso metodológico para alcançar o objetivo compreendeu a realização de pesquisa bibliográfica sobre os temas das políticas de alimentação no Brasil, o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), a abordagem sistêmica do PNAE e a pandemia de Covid-19, bem como uma pesquisa de campo através de entrevistas junto aos gestores do *campus* e os membros da comissão local do PNAE. Além disso foram aplicados questionários aos estudantes do IFMG-GV que acessaram o programa nos anos 2020 e 2021. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o PNAE foi de extrema relevância para os estudantes, visto que as externalidades negativas advindas da pandemia acentuaram a vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias além de ter sido um marco para a execução do programa no *campus*, visto que foi a primeira vez que seria oferecido alimentos aos estudantes que ocorreu através da distribuição de *kits* alimentos para os familiares dos estudantes, superando desafios e inaugurando novas possibilidades.

Palavras-chave: Matriz SWOT; PNAE; Pandemia de covid-19; Política de Alimentação.

ABSTRACT

COSTA, Dairde Rocha dos Santos. **School Meals: Public Policy and the Covid-19 Pandemic in the Context of IFMG – Campus Governador Valadares.** 2023. 82p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

The National School Meal Program (PNAE), the federal government's oldest social program, has undergone several updates and adjustments since its conception in the 1950s. In 2020, due to the Covid-19 pandemic, Law No. 11,947 /2009, which governs the program, was amended to authorize the use of its resources, on an exceptional basis, during the period of suspension of classes due to an emergency situation or public calamity, for the acquisition and distribution of foodstuffs to parents or guardians of students in public basic education schools. The pandemic generated a systemic crisis, producing consequences not only of a biomedical and epidemiological nature, but also social, economic, political and cultural, whose impacts are normally more significant for the most economically vulnerable population. Therefore, the present work analyzed how the school meals of students at IFMG- Campus Governador Valadares were affected by the covid-19 pandemic in the years 2020 and 2021. The methodological path to achieve the objective included carrying out bibliographical research on the topics of food policies in Brazil, the School Food Program (PNAE), the systemic approach of the PNAE and the Covid-19 pandemic, as well as field research through interviews with campus managers and members of the local committee of the PNAE. In addition, questionnaires were applied to IFMG-GV students who accessed the program in 2020 and 2021. The research results showed that the PNAE was extremely relevant for students, given that the negative externalities resulting from the pandemic accentuated the socioeconomic vulnerability of many families, in addition to being a milestone for the implementation of the program on campus, as it was the first time that food would be offered to students, which occurred through the distribution of food kits to students' families, overcoming challenges and opening up new possibilities.

Keywords: SWOT Matrix; PNAE; Covid-19 pandemic; Food Policy.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Linha do tempo - A história da merenda escolar de 1930 a 2023	7
Figura 2: Etapas para execução da chamada pública do PNAE (adaptado do manual de gestão do PNAE, Ifsuldeminas, Rodrigues, 2017)	13
Figura 3 - Vista aérea do IFMG-Campus Governador Valadares (Fonte: site do campus, 2023).....	17
Figura 4: Linha temporal da trajetória do IFMG, anos 2008 a 2018	18
Figura 5: Fórmula do teste qui-quadrado (X^2)	22
Figura 6: Fluxograma para manifestação de interesse no kit de alimentos no período da pandemia.....	32
Figura 7: Nuvem de palavras – importância da distribuição do kit de alimentos do PNAE para os estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Valores, em reais, per capita do PNAE estabelecidos em resoluções e projeção da ÓAÊ anos 2009 a 2023	14
Tabela 2: Ranking do IFMG na gestão do recurso do PNAE nos anos 2018 a 2020	19
Tabela 3: Montante, em reais, repassados aos <i>Campi</i> nos anos de 2018 e 2019.....	26
Tabela 4 - Recursos do PNAE executado no <i>campus</i> Governador Valadares no período de 2020 e 2021	27
Tabela 5 - Quantidade de kits de alimentos adquiridos pelo campus Governador Valadares no período da pandemia, anos 2020 e 2021.....	27
Tabela 6- Atribuições da Comissão Local do PNAE	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Recursos financeiros executados até 2019 no IFMG, período anterior à pandemia	25
Gráfico 2: Recursos executados até o ano de 2021 pelo IFMG-reitoria (Fonte: Tesouro Gerencial, 2023)	26
Gráfico 3: Perfil em relação à cor dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.	28
Gráfico 4: Perfil em relação ao gênero dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio	29
Gráfico 5: Perfil dos estudantes considerando o gênero e a cor.....	29
Gráfico 6: Estratificação dos estudantes quanto à renda familiar dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio	30
Gráfico 7: Perfil em relação ao tamanho da família dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.....	30
Gráfico 8: Recebimento do Kit de alimentos do PNAE nos anos 2021 e 2022 pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.....	32
Gráfico 9: Acesso às políticas de assistência estudantil nos anos 2020 e 2021 pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.....	34
Gráfico 10: Conhecimento sobre o PNAE dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio	35
Gráfico 11: Acesso aos alimentos do PNAE antes do IFMG pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio	36
Gráfico 12: Participação em ação de educação alimentar e nutricional pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.....	36
Gráfico 13: Avaliação da composição do Kit de alimentos o PNAE pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.....	37
Gráfico 14: Execução dos recursos do PNAE do campus em 2022 estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio	39
Gráfico 15: Interesse nos alimentos ofertados no Campus, após o retorno das aulas presenciais, pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio	40

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Cronologia dos principais acontecimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar de 1930 a 2023	7
Quadro 2: Exemplo de matriz SWOT aplicada a uma empresa fictícia (adaptado de Oliveira (2008, p.87)	23
Quadro 3: Fatores associados ao recebimento do kit de alimentos no período da pandemia no campus Governador Valadares	31
Quadro 4: Manifestação de interesse dos estudantes no período da pandemia	33
Quadro 5: Execução do PNAE no IFMG-GV em relação às diretrizes da lei nº 11.947/2009	34
Quadro 6: Respostas selecionadas do apêndice H referente aos estudantes que receberam o kit de alimentos disponibilizado no período da pandemia.	38
Quadro 7: Fatores apontados na entrevista com os gestores e membros da comissão local sobre a execução do PNAE no campus	40
Quadro 8: Matriz SWOT - 4 principais fatores que impactaram a alimentação escolar no período pandêmico (adaptada pela autora, Oliveira (2008)	43
Quadro 9: Análise cruzada da matriz SWOT (FOFA) – Programa Nacional de Alimentação Escolar no IFMG-GV durante a pandemia.....	44
Quadro 10: Estratégias para a execução do PNAE no período pandêmico. (em processo de melhoria).....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AF	Agricultor Familiar
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
COLTEC	Colégios Técnicos das Universidades
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRIE	Centro de Robótica, Inovação e Empreendedorismo
DHANA	Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EC	Emenda Constitucional
EEX	Entidades Executoras
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNDE	Funda Nacional de Desenvolvimento da Educação
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFMG-GV	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Governador Valadares
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Losan	Lei Orgânica de Segurança Alimentar
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MEC	Ministério da Educação
ÓAÊ	Observatório da Alimentação Escolar
ODS02	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família

PE	Pregão Eletrônico
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
REDE	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PENSSAN	
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SIS	Síntese dos Indicadores Sociais
SPO	Setor de Planejamento e Orçamento
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
1.1.	Problema de Pesquisa	2
1.2.	Objetivos	2
1.2.1.	Geral	2
1.2.2.	Específicos.....	2
2.	REVISÃO DE LITERATURA.....	4
2.1.	Breve histórico das Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição no Brasil.....	4
2.2.	O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir de uma abordagem sistêmica	5
2.2.1.	Dimensão Política do PNAE	6
2.2.2.	Dimensão Social do PNAE.....	10
2.2.3.	Dimensão econômica do PNAE	12
2.3.	Alimentação escolar na pandemia	15
2.4.	Breve resumo sobre o IFMG - Campus Governador Valadares	17
2.4.1.	Alimentação Escolar antes da pandemia: Contextualização da implementação e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no IFMG – Campus Governador Valadares	18
3.	MATERIAL E MÉTODO	20
3.1.	Caracterização da Pesquisa	20
3.2.	Critério de escolha	20
3.2.1.	Pesquisa Bibliográfica	20
3.2.2.	Pesquisa documental	20
3.2.3.	Questionário	20
3.2.4.	Entrevista	21
3.2.5.	Aspectos Éticos	21
3.3.	Análise dos dados	22
3.3.1.	Teste qui-quadrado	22
3.3.2.	Matriz SWOT e matriz SWOT cruzada	23
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1.	Alimentação Escolar: Investimentos e execução do PNAE no IFMG e no Campus Governador Valadares no período pré-pandêmico	25
4.2.	Alimentação Escolar no período pandêmico, com suspensão das aulas presenciais.	26

4.2.1. Perfil socioeconômico dos estudantes dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus Governador Valadares com entrada em 2020 e 2021	28
4.2.1.1. Perfil socioeconômico e o recebimento do kit de alimentos do PNAE na pandemia dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio	31
4.2.1.2. O Programa Nacional de Alimentação Escolar no IFMG-Campus Governador Valadares na percepção dos estudantes	35
4.2.1.3. Importância da distribuição dos kits de alimentos do PNAE para os estudantes e seus familiares no período da pandemia	37
4.3. Alimentação escolar no período pandêmico, após a retomada das atividades presenciais	39
4.4. Entrevista com os gestores e com os membros da comissão local do campus sobre a execução do PNAE	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	49
7. APÊNDICE	53
Apêndice A – Questionário para estudantes	54
Apêndice B – Roteiro de entrevista – Gestores do Campus Governador Valadares	57
Quais ações estratégicas que a instituição executou para mitigar as externalidades negativas da pandemia para os estudantes? Apêndice C – Roteiro de entrevista – Comissão Local do PNAE.....	57
Apêndice C – Roteiro de entrevista – Comissão Local do PNAE.....	58
Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	59
Apêndice E - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).....	61
Apêndice F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	63
Apêndice G - Solicitação de autorização para pesquisa	65
Apêndice H - Solicitação de autorização para pesquisa	67
Apêndice I – Tabela de teste qui-quadrado	68
Apêndice J – Resposta dos estudantes ao questionário	69
Apêndice K – Transcrição das respostas dos estudantes à pergunta aberta do questionário... 	75

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, embora a alimentação seja um direito previsto na Constituição Federal, a fome e a desnutrição ainda são problemas sociais graves, o que faz com que temas relacionados à vulnerabilidade alimentar sejam objetos de diversos debates e estudos. E é neste contexto que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se insere como um dos paradigmas de política pública eficaz no combate à fome segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura¹ (FAO), indo ao encontro do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS02), Fome Zero e Agricultura Sustentável da Agenda 2030. O PNAE é um programa que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública e de acordo com o artigo 4º da Lei nº 11.947 de 2009:

tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009, p. 01).

As primeiras experiências brasileiras de fornecimento de alimentação escolar eram de caráter benficiares, por meio de iniciativas isoladas e voluntárias do comércio local, de famílias mais abastadas, de algumas organizações sociais e da maçonaria (CARVALHO et al., 2009), não se constituindo, ainda, em uma preocupação institucional. Não obstante foi a partir dessa experiência que a alimentação começou a ser desenhada como uma política pública, em que pese sua finalidade de atender uma agenda pontual de carência nutricional e específica para um público vulnerabilizado (MAPA, 2020).

Até se consolidar como o conhecemos hoje, o PNAE passou de um programa suplementar voltado apenas para o fornecimento de recursos financeiros para a alimentação escolar, para um programa suplementar à educação, constituindo-se como uma garantia constitucional que apoia questões como o desenvolvimento sustentável, o emprego da alimentação saudável e a universalidade. Sua criação foi respaldada na década de 1940 por várias tentativas do Estado de promover a alimentação escolar. Entretanto, foi somente na década de 1950 que houve efetivamente a elaboração de um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição abrangente, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade institucionalizada da esfera pública (FNDE/PNAE).

Em 2003, durante o primeiro governo Lula, foi instituído no âmbito do Programa Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que promoveu o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, estimulou a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e se constituiu numa das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil, e, por conseguinte, se tornou o precursor das compras de alimentos de agricultores familiares ao PNAE (IPEA, 2019).

Com essa interação da agricultura familiar com a alimentação escolar e os novos objetivos e diretrizes introduzidos pela Lei 11.947/09, uma maior articulação entre os *stakeholders*² do PNAE tornou-se fundamental, principalmente quando se analisa a situação de emergência na saúde pública causada pela pandemia de Covid-19.

¹ Relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 16/09/14 e citado pelo site do Ministério da Educação.

² Segundo Freeman, apud Barakat et al., (2016), O termo stakeholder refere-se a indivíduos ou grupos de indivíduos que têm uma demanda legítima sobre a empresa.

Segundo o relatório lançado por órgãos da ONU (Organização das Nações Unidas)³, com a pandemia, os objetivos da Agenda 2030, que tem como suas prioridades a redução da fome, o desenvolvimento da agricultura sustentável, o crescimento econômico e a redução das desigualdades, estão mais distantes de serem alcançados. Dessa forma, os governos devem trabalhar para alocar eficientemente os recursos do Estado a fim de garantir programas de transferência de renda e acesso aos direitos sociais, previstos na Constituição Federal, à população socialmente vulnerável, quais sejam, alimentação, saúde, educação, moradia, etc.

Diante do potencial de contribuição de programas como o PNAE para a redução das externalidades negativas da pandemia foi necessária uma maior articulação entre governos e instituições.

1.1 Problema de Pesquisa

No período da pandemia, a Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, trouxe uma importante alteração para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), modificando a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

Notadamente esse período tornou a ação do poder público ainda mais urgente nos mais diversos setores como o da educação e o PNAE foi uma política pública não só relevante, mas essencial.

A partir desse contexto que foi necessária a organização das ações no IFMG – *Campus* Governador Valadares para atender a essa demanda, visto que até aquele momento não havia conseguido executar o PNAE devido a questões como a estrutura física e a pouca qualificação da equipe responsável pela execução, além da interlocução pouco efetiva com os agricultores familiares.

A pesquisa utilizou de fontes documentais e bibliográficas, da aplicação de questionários e de entrevistas, analisar os desafios para o início do funcionamento do PNAE no *Campus* Governador Valadares no período da pandemia, além de analisar a hipótese de que o acesso ao kit de alimentos distribuídos no período da suspensão das aulas presenciais, em função da pandemia, foi significativo para os estudantes.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Analizar como a alimentação escolar foi afetada pela pandemia de COVID-19 nos anos de 2020 e 2021 no IFMG- *Campus* Governador Valadares.

1.2.2 Específicos

- a) Avaliar as ações institucionais do *Campus* Governador Valadares para a execução do PNAE no período da pandemia.

³ Lançado em 29/09/21, O relatório "COVID-19 e Desenvolvimento Sustentável: avaliando a crise de olho na recuperação" produzido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a Opas (Organização Pan-americana da Saúde).

- b) Analisar a percepção dos estudantes sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e demais assistências estudantis do *Campus*.
- c) Investigar os impactos socioeconômicos da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para os estudantes do *campus* durante a pandemia.
- d) Identificar os pontos fortes e fracos da execução do PNAE no IFMG-GV no período pandêmico
- e) Caracterizar as estratégias para a execução do PNAE no período pandêmico.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Breve histórico das Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição no Brasil

A alimentação adequada é uma condição *sine qua non* para uma vida com maior qualidade. Dentre outros aspectos, ela é um dos determinantes sociais para a saúde e o bem-estar do indivíduo. Segundo Carneiro (2003), a alimentação é um fato da cultura material, da infraestrutura da sociedade, um fato da troca e do comércio, da história econômica e social, ou seja, parte da estrutura produtiva da sociedade. Ela é também um fato ideológico, das representações da sociedade, um objeto histórico complexo, para o qual a abordagem científica deve ser multifacetada para poder compreender a noção de um campo tão vasto. Ainda segundo o autor, as ciências modernas relacionadas à alimentação e nutrição se desenvolveram a partir de um caráter interdisciplinar, reunindo avanços obtidos em diferentes ramos das ciências naturais, juntamente com os da medicina.

Nesse sentido, as descobertas em medicina sobre a correlação entre alimentação e saúde permitiram a identificação de uma série de problemas em função do excesso ou da carência alimentar, corroborando uma famosa frase atribuída a Hipócrates: “Que seu remédio seja seu alimento, e que seu alimento seja seu remédio”. Avaliação perspicaz que faz a história da alimentação imbricar com a história da saúde.

Ao longo da história da alimentação e nutrição no Brasil, o setor da saúde protagonizou uma série de esforços para criar uma conexão entre produção, abastecimento, consumo de alimentos e nutrição com vista à superação da insegurança alimentar e nutricional da população. Para Jaimes et al. (2019) uma possível explicação para a saúde ter um papel central na questão alimentar seria porque é nos serviços de saúde que recaem os problemas decorrentes da fome e da má nutrição, e também aqueles oriundos de práticas alimentares inadequadas como é o caso da obesidade.

No Brasil, a preocupação com a alimentação como agenda governamental teve início na década de 1930. As políticas públicas implementadas à época, mesmo aquelas que não tiveram continuidade, serviram para consolidar a alimentação como um direito. Pode-se destacar como importantes marcos legais e políticos, o resultado de mobilizações de diversos atores políticos e sociais, a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Losan), em 2006, e a aprovação da Emenda Constitucional n.64, em 2010, que incluiu entre o rol dos direitos sociais a alimentação.

A década de 1930 foi marcada pela intensa industrialização e urbanização do país e pelo pensamento trabalhista do Governo Vargas, período no qual a fome e a desnutrição foram reconhecidas como graves problemas de saúde pública no país a partir de inquéritos realizados à época que revelaram que tanto a classe operária como a população como um todo tinham condições de vulnerabilidade alimentar e nutricional. Além disso, nessa mesma época, a denúncia pioneira acadêmica do médico e pesquisador pernambucano Josué de Castro ajudou a problematizar os impactos da fome e suas diferentes formas de expressão no corpo humano por meio de doenças como a desnutrição. Segundo ele, esses problemas eram de ordem política, econômica e social, que resultaram em desigualdades sociais e pobreza. Os estudos do médico acadêmico Josué de Castro chamaram a atenção para a necessidade da criação e implementação de políticas de alimentação para a população (James et al., 2019).

Diane desse contexto é que surge, no Governo Vargas, uma agenda oficial de alimentação e nutrição para a pauta governamental. Sendo a criação do salário mínimo, pelo Decreto Lei n. 399, em 1938, considerada uma das primeiras medidas cujo escopo era

melhorar a alimentação dos trabalhadores, satisfazendo-lhes as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (Vasconcelos, 2005).

Destacaram-se a partir desse período o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado em 1940, e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), em 1950. Os esforços da CNA resultaram em programas que existem até hoje no cenário brasileiro como a lei de iodação do sal para prevenir o bocio, que é um problema caracterizado pelo aumento do tamanho da glândula tiroide, e o segundo foi a constituição de programas e de ações de oferta de alimentação e nutrição com foco nos estudantes, a partir de uma grande campanha de merenda escolar que ocorreu em 1956, e que na década de 70 passa a ter um formato ampliado e a constituição de um programa precursor do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 1972, no período da ditadura, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em substituição aos órgãos SAPS e CNA. Esse Instituto trouxe importantes avanços para as políticas de alimentação e nutrição com a criação, em 1999, da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e também a realização de espaços de debate político e social nos quais havia a reivindicação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Apesar de sua vinculação ao setor da saúde, ele se apresentou como uma instituição que propôs pensar programas e ações de alimentação e nutrição com uma perspectiva mais intersetorial voltada ao desenvolvimento de políticas alimentares, no entanto, não houve nenhuma ação efetiva para que isso ocorresse (James et al., 2019).

Na década de 1990, no governo de Itamar Franco, houve uma tentativa de romper com o viés assistencialista de distribuição de alimentos por meio do “Plano de Combate à Fome, a Miséria e pela Vida” resgatando a visão intersetorial, buscando incorporar as áreas sociais, políticas e econômicas, geração de emprego e renda, políticas agrícolas e agrárias (Ipea, 2022).

Contudo, foi a partir de 2002, com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o qual tinha como proposta central do seu governo a erradicação da fome no Brasil com o Programa Fome Zero, que as políticas voltadas para a alimentação e nutrição foram fortalecidas com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), o qual havia sido criado, em 1993, no governo de Itamar Franco e extinto, em 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Desse modo, as experiências construídas ao longo do tempo pelos diferentes atores políticos e sociais formam um processo dialético no qual houve tanto sucessos quanto insucessos, avanços e retrocessos para as políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil. Alguns desses programas, mesmo depois de sucessivas revisões, seguem na agenda brasileira de políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por exemplo, que é um caso paradigmático desse processo de reconfiguração institucional em função da atuação de diferentes forças políticas.

2.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir de uma abordagem sistêmica

Quando considerado a partir de uma abordagem sistêmica, o PNAE envolve a compreensão de um contexto de relações e conexões interdependentes para atender às demandas específicas relacionadas à segurança alimentar dos estudantes.

A emergência desse pensamento representou uma oportunidade de ressignificação do processo tradicional de reflexão crítica, pois ajudou a produzir uma nova maneira de pensar a partir de termos como conexidade, relações, padrões e contexto (Capra, 2014).

O conceito de abordagem sistêmica ou pensamento sistêmico foi desenvolvido por vários pesquisadores ao longo do tempo, mas uma das principais referências é o biólogo austríaco *Ludwig von Bertalanffy*. Em 1950, ele propôs a Teoria Geral dos Sistemas, que

buscava uma abordagem interdisciplinar para entender os sistemas complexos, independentemente de sua natureza - biológica, social, física, etc. (Capra, 2014).

Outra importante referência é o trabalho da cientista ambiental e escritora americana Donella Meadows, que aplicou o pensamento sistêmico em questões ambientais e sociais. Além disso, outros pesquisadores e teóricos, como Fritjof Capra, também contribuíram para o desenvolvimento do conceito de pensamento sistêmico.

De forma complementar, Meadows e Capra entendem o pensamento sistêmico como uma abordagem que busca entender e lidar com sistemas complexos, reconhecendo que tudo está interconectado e que as ações de um sistema podem afetar outros sistemas. Essa perspectiva envolve a análise dos sistemas como um todo, em vez de apenas suas partes individuais, e busca entender as relações e interdependências entre essas partes.

Considerar o PNAE a partir desse conceito é entendê-lo como um sistema, “um conjunto interconectado de elementos organizados coerentemente de modo a obter alguma coisa.” (Meadows, 2022, p.25).

A lente do pensamento sistêmico nos permite recuperar a intuição sobre sistemas internos e aprimorar nossas habilidades de entender as partes; enxergar conexões; fazer perguntas “e se” sobre possíveis comportamentos futuros; e ser criativos e corajosos na reestruturação do sistema. (Meadows, 2020, p. 21)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pode ser considerado como um exemplo de aplicação do pensamento sistêmico, pois envolve diversos atores e sistemas interconectados. Entre os principais envolvidos no PNAE estão o Governo Federal: responsável por definir as diretrizes e normas do programa, além de fornecer recursos financeiros para sua implementação; os Estados e Municípios: responsáveis por executar o programa em suas respectivas jurisdições, selecionando fornecedores, elaborando cardápios e distribuindo alimentos; os agricultores familiares: fornecedores de alimentos para o programa, incentivando a produção local e o desenvolvimento sustentável; as escolas e comunidades escolares: beneficiários diretos do programa e coparticipam da sua gestão.

Em um nível micro, o programa pode ser aplicado para entender as interdependências entre os *stakeholders* do programa. Por exemplo, é possível analisar como a escolha de fornecedores locais de alimentos pode beneficiar os agricultores familiares e promover o desenvolvimento econômico e sustentável, enquanto a falta de recursos financeiros do governo pode afetar a qualidade e a quantidade de alimentos fornecidos às escolas. Já em um nível macro, ele envolve uma abordagem sistêmica que reconhece a alimentação escolar não apenas como uma questão de nutrição, mas também relacionada a questões políticas, sociais, culturais e econômicas mais amplas. Por isso, é importante considerar todas essas dimensões ao implementá-lo o programa, a fim de garantir que ele seja eficaz e sustentável a longo prazo.

2.2.1 Dimensão Política do PNAE

A dimensão política do PNAE envolve a participação de diversos atores para que ela seja materializada, podendo ocorrer por meio de leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, etc. (SECCHI, 2016a, p. 5).

A efetivação do PNAE foi resultado de militância ideológica e teórica de um grupo de intelectuais. Alguns nomes tiveram destaque como Josué de Castro, autor do livro “Geografia da Fome”, que revolucionou a compreensão dos impactos sociais do subdesenvolvimento e da escassez de alimentos para as populações socialmente vulnerável. Ele também foi um dos responsáveis pela instituição da *Campanha de Merenda Escolar*, em 1955, pois via na escola um local estratégico para a promoção da educação dietética dos jovens e apontava sua

influência positiva sobre os hábitos alimentares das famílias dos escolares. Outro importante nome para a alimentação escolar foi o médico da corrente de perspectiva social, Dante Costa, que montou um serviço de desjejum escolar a partir de um inquérito sobre nutrição de crianças em idade escolar, o qual constatou altos índices de desnutrição entre crianças em idade escolar. Com o tempo, o programa foi ampliado e passou a oferecer uma variedade maior de alimentos, como frutas, sucos, iogurtes e cereais.

Nesse sentido, para entender a trajetória da alimentação escolar no Brasil é fundamental uma compreensão da importância das mobilizações sociais e das disputas políticas nesse campo para que houvesse as conquistas e os avanços que contribuíram para o combate à fome e para a Garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA). Assumir a alimentação como direito humano é promover, por um lado, a sua exigibilidade e, por outro, explicitar a obrigação do poder público em garantir seu cumprimento institucional.

Considerada a política pública mais antiga ainda em vigor no Brasil, o primeiro ato legislativo do PNAE foi a Portaria nº 153 de 1939, do Ministério de Educação e Saúde, direcionado para os internatos e semi-internatos. A tabela 01, apresenta a cronologia do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ela permite compreender seu percurso político e social até sua transformação em direto constitucional.

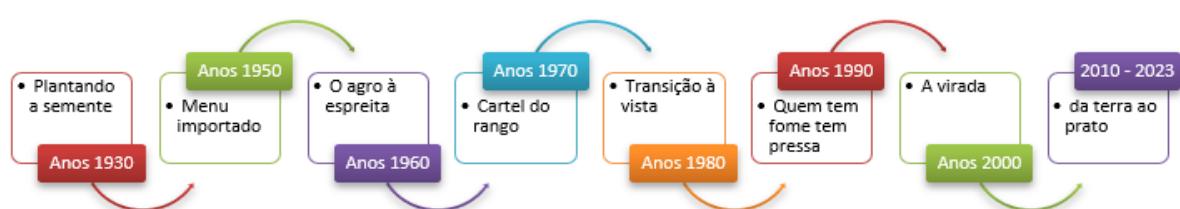


Figura 1: Linha do tempo - A história da merenda escolar de 1930 a 2023 (Fonte: Observatório de Alimentação Escolar (ÓAÊ), 2023)

Quadro 1: Cronologia dos principais acontecimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar de 1930 a 2023

PERÍODO	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
1930	Surgimento das Caixas Escolares ⁴ : iniciativa particular e assistencialista.
1934	Ensino primário obrigatório (art. 150 da CF/34)
1935	Organização da operação das Caixas Escolares com critério das disputas políticas nesse campo os científicos, o que deu um norte para o início da Política de Alimentação Escolar.
1939	Primeiro ato legislativo orientando a alimentação escolar - Portaria nº 153, Ministério de Educação e Saúde - dispunha sobre o "regime higiênico dietético em internatos e semi-internatos"
1940 a 1950	Criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), primeiro órgão de política de alimentação instituído no estado brasileiro, em que a educação alimentar foi uma tônica sempre presente. Criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), vinculada ao Ministério da Saúde. Essa comissão elaborou um plano de trabalho denominado “A conjuntura alimentar e o problema da nutrição no Brasil”, que se tornou base para o primeiro “Plano Nacional de Alimentação e Nutrição”. Assim, foi concebida a estrutura de um programa de merenda escolar nacional, inicialmente restrito a algumas regiões do Nordeste com caráter experimental.

⁴ Instituição de direito privado, sem fins lucrativos, com função básica de administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União, dos Estados, dos Municípios, e aqueles arrecadados pelas próprias escolas.

.....Continuação do quadro 1

1953	Criação do Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), vinculado ao Ministério de Educação e Cultura
1954	Josué de Castro protagonizou a publicação da Cartilha da Merenda Escolar, lançada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura).
1955 - 1956	Institucionalização da alimentação escolar com a promulgação do decreto n. 37.106/1955 que criou a Campanha da Merenda Escolar (CME), vinculada ao MEC, que contou com a contribuição da <i>United Nations Children's Fund</i> (Unicef) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1956, o programa passou a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar, indicando que todo o território nacional seria coberto por esta ação pública.
1954	Unicef/FISI, proposta de financiamento do Programa por agências internacionais, O Brasil recebeu doações e comprou gêneros alimentícios de excedentes das organizações internacionais.
Década de 1960	A partir do decreto n. 56.886/1965, o programa passou a ser designado Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Passou a ser oferecida uma refeição completa, com legumes, verduras e alimentos ricos em proteínas, fornecidos pelos estados e comunidades locais. Ampliação do atendimento para estudantes de supletivos, do ensino secundário e para parte dos pré-escolares (grifo nosso).
1966	A partir deste ano, parte dos alimentos destinados às escolas passou a ser comprada de indústrias instaladas no território nacional, processo que se acentuou na década de 1970.
1970	Criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que absorveu as atribuições da CNA, e criou Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). O governo brasileiro assumiu os custos de operação do Programa Merenda Escolar como uma suplementação alimentar para atender pelo menos 15% das necessidades nutricionais diárias.
1975	Por meio do Pronan, houve a primeira tentativa de inserção de produtos in natura produzidos localmente pelo pequeno produtor rural (grifo nosso) , no entanto o lobby empresarial conseguiu barrar.
1979	Adoção de um caráter universal e a cobrir todo o território nacional, tornando-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nome adotado até os tempos atuais.
1983	Criação da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Responsável pela centralização da compra e distribuição de gêneros alimentícios no âmbito do PNAE até 1993, privilegiando produtos da indústria alimentícia.
1988	Promulgado da Constituição Federal, conhecida como constituição cidadã, que deu, posteriormente ao PNAE o caráter de dever de Estado.
1993	Criação, no governo de Itamar Franco, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) - órgão de aconselhamento junto à Presidência da República.
1994	Extinção do Consea Criação da lei n. 8.913/1994 que consolidou o processo de descentralização do PNAE, permitindo a todos os municípios do país desenvolver uma estrutura operacional e administrativa para gerenciar o programa nas localidades. Essa lei determinou a constituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e a elaboração dos cardápios sob a responsabilidade dos estados e municípios, levando em consideração os hábitos alimentares e a vocação agrícola das localidades.
1997	A FAE foi extinta e suas funções foram incorporadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que até hoje cumpre a função de administrar e normatizar o PNAE.
1998	Medida provisória n. 1.784 de 1998, o repasse dos recursos federais para estados e municípios se tornou automático, calculado com base no número de matrículas do censo do ano anterior.

.....Continuação do quadro 1

2000	A medida provisória n. 1979-19/2000 deu ao CAE o status de órgãos deliberativos, de fiscalização e assessoramento, que devem atestar a regularidade da aplicação dos recursos repassados pelo FNDE e zelar pela qualidade dos produtos.
2001	Apesar da tentativa de inserção de produtos in natura, com compra direta junto a produtores rurais, para a alimentação escolar desde os anos de 1970, com a publicação da medida provisória n. 2.178-36, de 2001, a aquisição de produtos básicos, descritos na legislação como os “semi-elaborados e in natura”, tornou-se prioritária: no mínimo 70% (setenta por cento) dos recursos do PNAE deveriam ser destinados para esse fim, com prioridade à compra de produtos locais. Enquanto marco legal, essa legislação orientou o programa na direção da oferta de refeições mais adequadas e saudáveis, restringindo o consumo de alimentos industrializados.
2003	O Consea é reconstituído pelo primeiro governo do Presidente Luís Inácio da Silva.
2006	Publicação da Portaria Interministerial 1010, de 8 de maio, instituindo as diretrizes para promoção da alimentação saudável nas escolas
2009	Promulgação da Lei n. 11.947, de 16 de junho, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos estudantes da educação básica. Principais avanços dessa lei: <ul style="list-style-type: none"> • Extensão para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos estudantes participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos; • garantia de investimento de, no mínimo 30% dos repasses do FNDE na aquisição de produtos da agricultura familiar. • Compra de agricultores familiares por meio de chamada pública. EC nº59 que tornou a alimentação um direito para todas as etapas da educação básica.
2013	Inclusão do atendimento para os estudantes que frequentam o Atendimento Educacional Especializado-AEE, para os da Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral Publicada a Resolução FNDE n. 26, fortalecendo um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN).
2014	Lei n 12.982, de 28 de maio, altera a Lei n. 11.947/2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos estudantes portadores de estado ou de condição de saúde específica
2019	Extinção do Consea.
2020	Pandemia de COVID-19 que culminou na suspensão das aulas. Criação da lei n. 13.987/2020 que autorizou a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, durante o período de suspensão das aulas. A resolução n. 06/2020. Principais alterações no PNAE Prioridade na seleção destes projetos de grupos de fornecedores do mesmo município em que a compra está sendo realizada, seguido por grupos situados em regiões geográficas imediatas, do município, do estado e do país. Mínimo 75% do recurso transferido pelo FNDE devem ser destinados à aquisição de alimentos in natura e minimamente processados; Restrição da compra de alimentos processados e ultra processados a, no máximo, 20% deste montante.
2023	Pela segunda vez, o presidente Lula assina o decreto que reinstala o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) que havia sido extinto em 2019.

Fonte: Elaborado pela autora⁵

⁵ Quadro elaborado a partir do livro “Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição” de Patrícia Constante Jaime. Doria, Natália e Marques, Paulo Eduardo. Alimentação escolar no Brasil. NEXO JORNAL LTDA, 12 Jul 2022. Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ). Acesso: O Observatório | ÓAÊ (alimentacaoescolar.org.br)

Os acontecimentos históricos e sociais do PNAE deixam claro que sua transformação em um Programa Nacional de Alimentação Escolar vinculado à agricultura local, a promoção da diversidade e do desenvolvimento foi algo progressivo, e faz parte de um contexto mais amplo do desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país. A sua história mostra ainda a importância de haver garantias legais e institucionais, bem como mecanismos coordenados e um caráter intersetorial, os quais lançam as bases para a evolução do programa.

2.2.2 Dimensão Social do PNAE

A dimensão social do Programa Nacional de Alimentação Escolar envolve a luta contra a fome e as suas diferentes formas de expressão, visto que a fome escolar é um retrato da situação da sociedade e vêm de uma dinâmica de desigualdade distributiva e de crises alimentares, mas também se relacionam com a contribuição para uma vida digna, com acesso à alimentação enquanto direito, “quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para a sua obtenção”⁶. Além disso, envolve a compreensão do PNAE enquanto promotor de hábitos alimentares saudáveis, incluindo a relação do sujeito com a produção e o ato de alimentar, considerando as questões de inclusão e equidade, com a garantia de que estudantes de escolas públicas do ensino básico tenham acesso à alimentação adequada e saudável, independentemente de sua origem social, étnica ou cultural. É necessário também promover a educação alimentar e nutricional, para que os estudantes possam desenvolver hábitos alimentares saudáveis e conscientes.

Para Carneiro (2003, p.26), “a alimentação é luta contra a fome”, a qual é considerada como uma inadequação no consumo individual em relação ao tipo e à quantidade de alimento requerido para o crescimento, para a atividade e para a manutenção de uma boa saúde.

Esta dramática situação alimentar (...) impõe a necessidade inadiável de uma política alimentar mais efetiva, que não seja apenas de paliativos e de correção das falhas mais gritantes através de programas simplesmente assistenciais. Impõe-se uma política que, acelerando o processo de desenvolvimento, quebrando as mais reacionárias forças de contenção que impedem o acesso à economia do país a grupos e setores enormes da nacionalidade, venham a criar os meios indispensáveis à elevação dos nossos padrões de alimentação “(Castro, 1980. p.304).

Destarte, o PNAE é um importante instrumento, porém paliativo, para os efeitos produzidos pela pobreza. Algo importante a ressaltar é que raramente o acesso à alimentação decorre de eventos naturais e sim da divisão desigual do produto social, que tem sua origem não na falta de alimentos disponíveis, mas na falta de recursos para adquiri-los.

Por isso o contexto socioeconômico de muitos estudantes é algo que deve ser considerado. Em 2021, havia mais de 62,525 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza segundo os dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). A alimentação escolar muitas vezes é a principal refeição do estudante, o que ratifica o potencial estratégico das escolas como um importante apoio para as famílias mais vulneráveis ao promover, além das questões educacionais que lhes são próprias, o

⁶ Comentário Geral nº 12 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, de 1999. (Tradução feita por José Fernandes Valente para ÁGORA – Segurança Alimentar e Cidadania. agora@agora.org.br)

direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos estudantes, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos estudantes que necessitem de atenção específica e **aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (grivo nosso)**. (Lei nº 11.947/09, art. 2º, §VI).

Mas como “nem só de pão vive o homem⁷”, além das necessidades biológicas, o PNAE possui uma amplitude que inclui ações de educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, a participação da comunidade no controle social e o apoio ao desenvolvimento sustentável, além de priorizar, no processo de aquisição de alimentos, os orgânicos e/ou agroecológicos.

Nesse sentido, a dimensão social do PNAE abrange também os aspectos ambientais, ou seja, o cuidado institucional em pensar formas de produzir e consumir, por meio de um processo sustentável, considerando princípios básicos da lei de educação ambiental como “o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; e a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”⁸. Isso envolve as relações sociais e, também, relações da sociedade com o planeta que sejam sustentáveis, preservem e promovam a dignidade humana e a vida em todos os seus aspectos.

Como corolário, o PNAE viabiliza a retórica da produção de alimentos que privilegia o meio ambiente, produzindo um círculo virtuoso que estreita os laços entre a cidade e o campo, e que impacta positivamente a educação, a saúde, o meio ambiente e a economia local. O que ratifica a importância da visão sistêmica da relação do homem com a natureza como forma de mitigar o impacto decorrente dessa relação, repensando as estruturas e iniciativas que representam a mútua dependência na produção e no consumo dos alimentos.

Quando visto pela perspectiva da educação, o PNAE é um direito constitucional que auxilia na manutenção e no desenvolvimento educacional, cuja obrigação deve ser garantida a todos os estudantes do ensino básico de escolas públicas durante o período em que estiverem na escola.

Nesse contexto, as escolas têm um papel fundamental, pois além de fornecer alimentação, contribuem para a ressignificação do ato de comer pelos estudantes, no sentido de fazer com que eles reflitam sobre a importância de se adquirir hábitos alimentares saudáveis para o desenvolvimento corporal, motor e intelectual, e é nessa perspectiva que, segundo FRIZON (2008)

"A escola tem uma importância grande no que tange à formação de hábitos alimentares saudáveis e à valorização dos alimentos naturais, bem como na busca por uma consciência sobre esse processo de massificação que acontece em nossa sociedade, inclusive na alimentação (FRIZON, 2008, p. 14)".

Ao inserir a alimentação no contexto escolar percebe-se que ela não se reduz a uma questão puramente nutricional e, portanto, biológica, mas trata-se de um importante ato social e cultural, sendo necessário destacar a importância de se incorporar o tema da educação alimentar no projeto político-pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares por meio de ações como realização de cursos de capacitação sobre alimentação e nutrição para as pessoas envolvidas direta e indiretamente com a alimentação escolar. Além disso, é importante fomentar a promoção de produtos orgânicos e agroecológicos, entre outros.

⁷ Mateus 4:4

⁸ Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999

Uma alimentação equilibrada e saudável é importante em todas as fases da vida, principalmente na fase escolar, pois os alimentos fornecem energia e nutrientes necessários para a realização de diversas funções do organismo, inclusive as cognitivas. À vista disso, Carvalho (2016) diz que a infância é um período em que as crianças se desenvolvem psicologicamente na qual ocorrem mudanças no seu comportamento e nas suas personalidades. Essa fase da vida requer cuidados especiais, já que uma alimentação não saudável nessa etapa formativa pode ocasionar prejuízos no desenvolvimento físico e mental dos estudantes e, consequentemente, na aprendizagem deles. Portanto, é justamente por isso que

o programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o ano letivo. (Art. 4º da lei nº 11.947/09)

Nesse contexto, as discussões feitas por especialista da área sobre o tema da alimentação por especialistas têm buscado compreender a importância da nutrição cerebral. Segundo Dinis (2006), esses teóricos consideram que a alimentação pode “desenvolver o cérebro e suas plenas capacidades, corrigir desvios de inteligência, preveni-los e aperfeiçoá-los”. Dessa forma é possível melhorar a qualidade de ensino adicionando nutrientes adequados ao desenvolvimento intelectual do indivíduo.

A compreensão da dimensão social do PNAE e os seus impactos na sociedade são de extrema importância, pois tem o potencial de contribuir para a consolidação do Programa que deve ser avaliado não pela sua intenção, mas por sua efetividade.

2.2.3 Dimensão econômica do PNAE

A dimensão econômica envolve questões de financiamento, que é uma parte importante do PNAE, pois é necessário garantir recursos financeiros para a compra de alimentos de qualidade e para a implementação de ações que promovam a alimentação saudável nas escolas. Além disso, o PNAE também pode contribuir para o desenvolvimento rural, visto que incentiva a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares locais, o que pode fortalecer a economia local e promover a sustentabilidade ambiental.

O PNAE é financiado com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, conforme §4º, art. 212 da Constituição Federal. Ele é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia ligada ao Ministério da Educação, em colaboração com os estados e os municípios, responsáveis pela gestão do programa em nível local (BRASIL, 2009). Ele é

uma das mais relevantes políticas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada (DHANA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar atende cerca de 41 milhões de estudantes, com repasse anual de aproximadamente R\$4 bilhões aos 27 estados e 5.570 municípios, cujo valor é complementado com orçamento dos estados e municípios. (ÓAÉ, c2021. Sobre o PNAE).

Os recursos recebidos devem ser destinados exclusivamente à compra de gêneros alimentícios e estes devem compor cardápio que atenda às necessidades nutricionais dos estudantes. Os valores são efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para estados e municípios, para a cobertura de 200 dias letivos.

Em se tratando de escolas federais, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet), os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) e os Colégios Técnicos das Universidades (Coltec), a implementação dispõe de aspectos diferenciados das entidades executoras municipais e estaduais. Um diferencial é relativo aos recursos financeiros que são creditados, mantidos e geridos em conta corrente específica para o Programa, a ser aberta pelo FNDE em agência do Banco do Brasil indicada pela Entidade Executora (EEx) para estados e municípios, já no âmbito federal existe repasse de crédito orçamentário que é descentralizado em parcela única no primeiro trimestre do ano e que, a partir daí, dá-se o início ao processo para a aquisição de alimentos não perecíveis por meio de pregão eletrônico⁹ ou por chamada pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar conforme as etapas que se seguem, constantes na figura 2:



Figura 2: Etapas para execução da chamada pública do PNAE (adaptado do manual de gestão do PNAE, Ifsuldeminas, Rodrigues, 2017)

Outro diferencial é que as escolas federais não são obrigadas a constituir um Conselho de Alimentação Escolar (CAE), sendo uma exigência para os Estados, o Distrito Federal e Municípios. O IFMG, por exemplo, possui uma comissão central e uma comissão local em cada *campus* para gerir o processo. Outro ponto de diferenciação relevante é que as escolas municipais são geridas, normalmente, de forma centralizada, pelo Poder Executivo Municipal e as estaduais, pelas Secretarias de Educação, enquanto as de âmbito federal são autarquias educacionais com autonomia administrativa, patrimonial, educacional e financeira.

⁹ Pregão eletrônico é uma modalidade licitatória utilizada pelo governo brasileiro para contratar bens e serviços, independentemente do valor estimado. Foi criada através da lei federal 10.520/2002 e regulamentado na forma eletrônica pelo decreto 5.450/2005.

Quanto aos valores dos recursos financeiros, serão transferidos de forma automática, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congêneres, nos termos do disposto a Lei nº 11.947/2009, processando-se da seguinte forma: VT= A x D x C, onde VT = valor a ser transferido; A = número de estudantes; D = número de dias de atendimento; C = valor per capita para a aquisição de gêneros para o alunado.

Atualmente, o valor *per capita* repassado pela União por dia letivo para cada estudante é definido por Resolução do Presidente da República tendo em vista a etapa e a modalidade de ensino, o qual teve um reajuste neste ano, 2023, conforme tabela 1. No entanto, esses valores ainda estão aquém do necessário conforme estudo realizado, em 2022, pelo Observatório de Alimentação Escolar (ÓAÊ), que é uma das organizações da sociedade civil e movimentos sociais para monitorar e mobilizar a sociedade sobre a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Tabela 1: Valores, em reais, per capita do PNAE estabelecidos em resoluções e projeção da ÓAÊ anos 2009 a 2023

valor per capita pro modalidade	Valor Resolução					ÓAÊ	V. Resol
	2009 ¹⁰	2010 ¹¹	2013 ¹²	2017 ¹³	2022 ¹⁴		
Creche	0,22	0,60	1,00	1,07	2,16	1,37	
Pré-escola	0,22	0,30	0,50	0,53	1,08	0,72	
Escolas indígenas e quilombolas	0,44	0,60	0,60	0,64	1,69	0,86	
Ensino Fundamental	0,22	0,30	0,30	0,36	0,84	0,50	
Ensino Médio	0,22	0,30	0,30	0,36	0,84	0,50	
EJA	0,22	0,30	0,30	0,32	0,84	0,41	
Programa Novo Mais Educação	0,66	0,90	0,90	1,07	2,53	1,37	
Atendimento Educacional							
Especializado (AEE) contraturno	-	-	0,50	0,53	1,08	0,68	
Tempo integral	-	-	1,00	1,07	2,16	1,37	
Programa de Fomento às Escolas de EM em Tempo Integral				-	2,00	3,03	2,56

Fonte: Adaptação feita pela autora com base nas resoluções do FNDE e projeção do ÓAÊ

A aquisição de alimentos para o PNAE deve ser precedida por um processo licitatório, para a compra de gêneros alimentícios não perecíveis. O qual é limitado a 70% dos recursos repassados pelo FNDE e através de chamada pública para agricultores familiares, garantido o mínimo de 30% dos recursos, nos termos da Lei nº 8.666/1993, incisos I e II, do artigo 24 da Resolução CD/FNDE nº 6/2020 e do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 que diz que

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (Art. 14, lei nº 11.947/09).

Quando analisado pelo lado da produção da agricultura familiar, o PNAE promove o desenvolvimento local por meio da valorização do trabalho familiar, da presença da pequena produção ou outras formas de organização rural, buscando o equilíbrio e o respeito entre todos

¹⁰ Valores fixados pela Resolução MEC/FNDE/CD 38/2009

¹¹ Valores fixados pela Resolução MEC/FNDE/CD 67/2009

¹² Valores fixados pela Resolução MEC/FNDE/CD 26/2013

¹³ Valores fixados pela Resolução MEC/FNDE/CD 01/2017

¹⁴ Valores ideais calculados pelo Observatório de Alimentação Escolar (ÓAÊ, 2022)

¹⁵ Valores fixados pela Resolução Nº 2, de 10 de março de 2023

os stakeholders envolvidos, para melhorar as condições de vida das pessoas não somente em termos econômicos, mas também em termos humanos e sociais.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) reforça esse fato ao relatar que a agricultura familiar brasileira está classificada como a oitava maior em termos de produção global, totalizando 3,9 milhões de estabelecimentos. Essa forma de agricultura é responsável por 23% do valor bruto da produção agropecuária e por 67% das ocupações no campo. Além disso, sua contribuição vai além da produção, representando 40% da renda da população economicamente ativa e impulsionando a economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, os quais correspondem a 68% do total de cidades brasileiras. (VEIRICK, 2023).

Diante disso, o desenvolvimento promovido por esse setor produtivo é um processo com muitas transformações, abrangendo não apenas o crescimento econômico, como enfatiza OLIVEIRA (2002):

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento –incrementos positivos no produto e na renda –transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (Oliveira, p.40).

Nesse sentido, o desenvolvimento local propicia melhores condições de vida quando ocorre a valorização dos potenciais econômicos, humanos, naturais e culturais de uma localidade.

Diante disso, pode-se dizer que o PNAE, além de gerar efeitos imediatos e evidentes para os estudantes, ele gera externalidades positivas, que, segundo Ramos (2013), são efeitos colaterais de uma decisão sobre aqueles que não participaram diretamente dela. Para a educação, quando busca reduzir os prejuízos cognitivos que alguns estudantes teriam por falta de uma alimentação adequada; para a saúde, ao incentivar o desenvolvimento de hábitos saudáveis promovendo o bem-estar físico e psicológico; ao meio ambiente, ao primar pela compra de alimentos da agricultura familiar com produção sustentável e o incentivo na redução e eliminação do uso de agrotóxicos e outros insumos químicos, ao priorizar alimentos orgânicos e/ou agroecológicos; para a justiça social, quando promove a diversidade ao garantir prioridade para indígenas e quilombolas, grupos sociais normalmente excluídos, e para a economia, ao promover o desenvolvimento local, o fortalecimento de um modelo contrário à mercantilização do alimento, a geração de renda e a permanência dos produtores no campo, a emancipação financeira das mulheres e a movimentação do comércio de seu município e das localidades vizinhas.

2.3 Alimentação escolar na pandemia

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma política que já se mostrou muito relevante e durante a pandemia suas contribuições e desafios foram ainda maiores, visto que a crise sistêmica gerada pela doença produziu consequências não apenas de ordem biomédica e epidemiológica, mas também social, econômica, política e cultural, considerado pela ONU (Organização das Nações Unidas, 2021) como a pior crise desde a sua fundação, em 1945, com ampliação das desigualdades e deixando a população vulnerável em situação mais crítica.

Nesse contexto, além de combater os efeitos diretos da doença por meio de medidas sanitárias, o Governo Federal e demais entes federados tiveram que buscar alternativas para reduzir suas externalidades negativas, principalmente as de ordem social, e um exemplo disso foi a manutenção do PNAE através da instituição da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que

alterou a Lei nº 11.947 para autorizar, durante o período de suspensão das aulas, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes do ensino básico da rede pública.

Enquanto a Covid-19 seguia ceifando vidas de milhares de pessoas, o recrudescimento da Insegurança Alimentar (IA) no país, que já estava em curso, se agravou de forma assustadora para 14 milhões de pessoas e colocou cerca de 8 milhões a mais em situação de insegurança alimentar moderada como revelado pela pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em dezembro de 2020.

Apesar de alguns esforços que as resoluções representaram na busca por um melhor formato de continuidade da oferta da alimentação escolar em tempos de calamidade pública, não ocorreu um reforço na transferência de recurso federal suplementar, nem um apoio estrutural para lidar com essa situação *sui generis*. Se por um lado, há relatos de ofertas de cestas incluindo gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, outros adotaram a estratégia da transferência de renda focalizada em estudantes em situação de vulnerabilidade social ou ainda a oferta de kits com alimentos que incluíam ultra processados (PEREIRA et al., 2020).

A dificuldade em garantir questões como a universalidade do programa, uma vez que, nem sempre foi possível o atendimento a todos estudantes matriculados; a qualidade e quantidade dos alimentos oferecidos nos kits devido à limitação de recursos; e as compras da agricultura familiar, que foram suspensas por parte das entidades executoras por questões logísticas para a entrega desses itens.

Diante disso, não se pode ignorar um possível agravamento da insegurança alimentar de boa parte da comunidade estudantil, que é anterior à pandemia e agravado por ela, que pode ser ampliado pelo fato do “desmonte de políticas públicas, direta ou indiretamente voltadas à proteção e à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com destaque para, em 2019, a extinção do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), seguido pelo encerramento de programas como Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Bolsa Família (PBF), substituídos pelos programas Alimenta Brasil e Auxílio Brasil, respectivamente, reconhecidos por analistas sobre o tema como frágeis em suas concepções e objetivos, além de limitados na abrangência populacional. Ademais, sobressai, neste período da pandemia, a má gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)” (Rede PENSSAN, 2022).

Situações que geram instabilidade econômica e social como foi a Covid-19 afetam ainda mais aqueles que são mais pobres e a alimentação é uma das que impacto mais fortemente. A falta de uma alimentação adequada por grande parte da população brasileira tem sido um dos grandes desafios dos últimos anos. Às vésperas dos 50 anos da morte de Josué de Castro, importante personagem no combate à fome, e depois de sair do mapa da fome, em 2014, o Brasil voltou a conviver com o aumento da fome, mostrando que ela é, na maioria das vezes, originária de uma estrutural socioeconômica e injusta e desigual.

2.4 Breve resumo sobre o IFMG - *Campus* Governador Valadares



Figura 3 - Vista aérea do IFMG-Campus Governador Valadares (Fonte: site do campus, 2023)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *Campus* Governador Valadares (IFMG-GV) está localizado no leste do Estado de Minas Gerais e localizada na mesorregião do Vale do Rio Doce. A área total do *Campus* possui, aproximadamente, 110.000 m², sendo 8 mil m² de área construída composto de um prédio de ensino formado por 14 salas de aulas, uma sala de estudo, seis laboratórios e biblioteca. Conta ainda com um laboratório modular de física e biologia, o Centro de Robótica, Inovação e Empreendedorismo (CRIE), ginásio poliesportivo, auditório, prédio administrativo e uma cantina, a qual tem como objetivo atender a comunidade acadêmica e visitantes eventuais com lanches e refeições.

Em relação à estrutura física do *campus* para atender às demandas da alimentação, ele possui uma área de concessão para fins comerciais, que é destinada a uma empresa especializada em cantina/lanchonete para atender aproximadamente, 1.500 pessoas, entre estudantes, servidores e terceirizados, sendo que esse quantitativo é distribuído em 03 turnos. O espaço tem cerca de 224 m² e é composto por uma cantina, uma dispensa, um pátio e quatro banheiros. Além disso, o *campus* disponibiliza duas dispensas com aproximadamente 4 m² para armazenamento dos alimentos destinados aos lanches ofertados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo que a distribuição dos alimentos ocorre no hall do prédio de ensino.

Até se estruturar, a trajetória do IFMG-GV foi cheia de desafios que envolveram instalações provisórias, pouco efetivo de servidores e docentes, buscando atender sua missão institucional de educar e qualificar pessoas para serem cidadãos críticos, criativos, responsáveis e capazes de atuar na transformação da sociedade.

Primeira instituição de ensino pública federal instalada na cidade de Governador Valadares, o *Campus* foi criado em 2009 (Figura 4) por meio da expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), que é uma instituição pública de ensino, integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, criada pela Lei no 11.892, sancionada em 2008 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cada *Campus* do IFMG foi instalado em regiões estratégicas do estado, e são vinculados a uma Reitoria, que tem sede na capital do Estado, Belo Horizonte, que fica cerca 320 km a leste do *Campus* Governador Valadares.

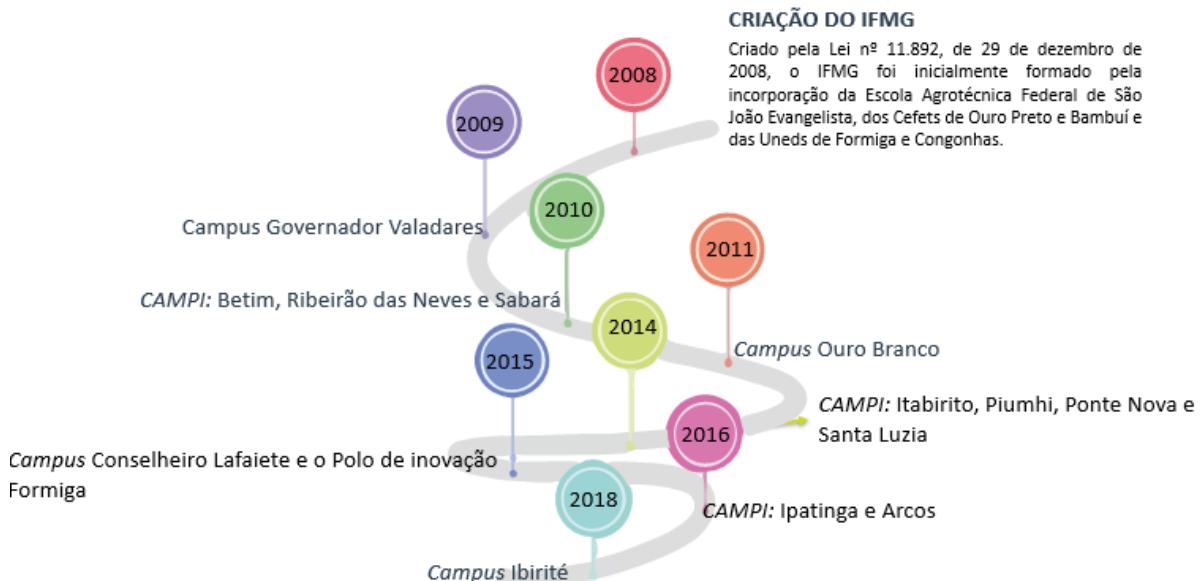


Figura 4: Linha temporal da trajetória do IFMG, anos 2008 a 2018

Atualmente, o *Campus* possui em torno de 1100 estudantes distribuídos entre diferentes níveis. Nível médio: Técnico Integrado em Meio Ambiente, Técnico Integrado em Segurança do Trabalho, Técnico Integrado em Edificações, Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho; nível superior, a instituição oferece cursos de bacharelado em Engenharia de Produção, Tecnologia em Gestão Ambiental, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil; e no nível de pós-graduação *lato sensu*, o curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.

2.4.1 Alimentação Escolar antes da pandemia: Contextualização da implementação e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no IFMG – Campus Governador Valadares

A reorganização da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica antecedeu, em poucos meses, a promulgação da Lei nº 11.947/09, que deu novas diretrizes ao PNAE, de forma que os Institutos Federais também passaram a ser obrigados a atender as exigências legais do programa, constituindo-se como uma entidade executora (EE).

No entanto, segundo Viela (2020), o desempenho das instituições federais até 2018 foi irrelevante, cujo percentual significativo do orçamento foi devolvido. Essa também era a realidade do IFMG que até o ano de 2017, devolveu 100% dos recursos do PNAE.

Foi somente em 2018 que o IFMG iniciou a implantação do programa sob as prerrogativas da Lei 11.947/2009, que apesar das dificuldades iniciais, entre os anos de 2018 a 2020, no ranking da gestão do recurso do PNAE, o IFMG foi uma das duas instituições federais que não devolveram o recurso repassado, além de aparecer entre as 10 Unidades Gestoras que mais receberam recursos conforme (tabela 2) abaixo.

Tabela 2: Ranking do IFMG na gestão do recurso do PNAE nos anos 2018 a 2020

UG	Repasses do FNDE	Devolução ao FNDE	% (devolvido)
Instituto Federal De São Paulo	R\$ 5.532.056,00	R\$ -	0,00
Inst. Fed De Edu. Cienc. E Tec. Do Mato Grosso	R\$ 5.294.102,00	R\$ 3.568.216,28	67,40
Departamento De Planej. Orç E Finanças (Md)	R\$ 5.101.528,00	R\$ 1.174.378,55	23,02
Inst. Fed De Edu. Cienc. E Tec. Do Amazonas	R\$ 4.316.072,92	R\$ 160.793,40	3,73
Inst. Fed De Edu. Cienc. E Tec. Do Esp. Santo	R\$ 4.175.230,00	R\$ 54.707,57	1,31
Inst. Fed De Edu. Cienc. E Tec. De Minas Gerais	R\$ 3.946.008,00	R\$ 3,66	0,00
Inst. Fed De Edu. Cienc. E Tecnologia Baiano	R\$ 3.923.998,00	R\$ 965.452,90	24,60
Instituto Federal Catarinense – Reitoria	R\$ 3.735.070,00	R\$ 746.728,60	19,99
Inst. Fed De Edu. Cienc. E Tec. Do Maranhão	R\$ 3.718.162,00	R\$ 259.822,88	6,99
Inst. Fed De Edu. Cienc. E Tec. Fluminense	R\$ 3.667.262,00	R\$ 2.927.617,15	79,40

Fonte: Nota técnica CGU, março 2021 (adaptada).

Os recursos recebidos do FNDE referentes aos orçamentos do PNAE eram repassados aos *Campi*, levando em conta o número de estudantes matriculados no ano anterior em cada unidade e o número de dias letivos. Quando algum *Campi* não conseguia executar o recurso, o IFMG-Reitoria fazia o resgate e o destinava a outro *Campus*, conseguindo assim, executar a partir de 2018, a totalidade dos recursos do PNAE.

Quando, em maio de 2018, o IFMG deu início ao planejamento e as ações para implementar o programa, foi realizado o primeiro pregão eletrônico para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios diversos para os *Campi* que não tinha condições para executá-lo, incluído o de Governador Valadares. No entanto, devido a questões estruturais do *Campus* os itens adquiridos não puderam ser distribuídos e, em consequência, foi realizada uma doação para outra unidade do IFMG, ficando sem executar o PNAE até a suspensão das aulas em função da pandemia de Covid-19.

3 MATERIAL E MÉTODO

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa é um estudo de caso, pois visa responder a uma situação *sui generis*, que é a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no IFMG-*Campus* Governador Valadares no contexto da pandemia de COVID-19. Segundo Yin (2001, p.32) “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Para o desenvolvimento do trabalho, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, a aplicação de questionários e a entrevista.

3.2 Critério de escolha

Os principais fatores que influenciaram a escolha feita pela pesquisadora foram:

- Fazer parte da Comissão Local do PNAE no IFMG-GV.
- Possibilidade de auxiliar o *Campus* Governador Valadares no processo de compras institucionais, uma vez que um maior aprofundamento no conhecimento sobre a temática e a construção de relações com alguns stakeholders como agricultores familiares contribui para uma melhor execução do programa no *Campus*.
- Facilidade de acesso às informações para realização da pesquisa, devido a relações atuais (servidora do IFMG-*Campus* Governador Valadares).

A pesquisa teve um público de aproximadamente 150 participantes. Dentre eles estão os gestores do *Campus*, os membros da comissão local do PNAE e os estudantes dos segundos e terceiros anos dos cursos técnicos integrados.

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica

Os procedimentos para a essa pesquisa foram realizados a partir de livros, legislações, artigos, teses e dissertações, que colocaram a pesquisadora em contato com as diferentes abordagens para trabalhar o tema.

3.2.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental permitiu à pesquisadora investigar as informações *factuais* nos documentos *in loco* e aqueles disponíveis em sistemas para compreender a realidade da temática e para preencher as lacunas de informação não abrangidas por outros meios.

Primeiramente foi feita uma pré-análise para definir quais documentos seriam importantes para a pesquisa; segundo, foi feita a separação e a organização dos documentos; e em seguida a análise das informações considerando relatórios acadêmicos, financeiros, orçamentários e os gerados pelos sistemas do governo federal.

3.2.3 Questionário

Quanto aos questionários (Apêndice A), eles foram aplicados de forma presencial, a 133 estudantes dos segundos e terceiros anos dos cursos técnicos integrados do IFMG-GV. A forma presencial foi preferida à planejada, que seria por meio de plataforma online, porque o

acesso aos estudantes em sala de aula foi uma maneira mais eficaz para que a pesquisadora obtivesse êxito neste procedimento.

O questionário constou de questões objetivas e discursiva conforme definição apresentada por Marconi e Lakatos (2010). No total, foram 20 (vinte) questões, sendo 19 (dezenove) de múltipla escolha e 01 (uma) discursiva, cujo conteúdo buscou, entre outras coisas, conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes, a percepção sobre o PNAE e o interesse pelo kit de alimentação ofertado durante a pandemia.

O IFMG-GV possui três cursos técnicos integrados ao ensino médio, quais sejam: Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Edificações e Técnico em Segurança do Trabalho. Durante o ano, são nove turmas com situação em curso, distribuídas entre os primeiros, segundos e terceiros anos, conforme o ano de entrada.

Tendo em vista o recorte temporal entre a suspensão das aulas presenciais, em função da Covid-19, e a aplicação do questionário da pesquisa ocorrida em dezembro de 2022, das nove turmas que estavam em curso em 2021, somente as turmas dos segundos e terceiros anos dos três cursos tiveram acesso ao PNAE no período pandêmico. Ou seja, dos 336 alunos em curso, 218 foram convidados a participar da pesquisa.

3.2.4 Entrevista

As entrevistas foram realizadas com o objetivo de obter informações concisas em relação ao objetivo principal da pesquisa e conhecer a história da instituição, suas estratégias e contribuições no processo de operacionalização do PNAE e demais programas de assistência aos estudantes.

Os roteiros básicos destes instrumentos foram detalhados nos Apêndices B e C, composto por perguntas investigativas, complementadas por outras inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista com o objetivo de atingir o máximo de clareza nas descrições das questões a serem investigadas. Para Marconi e Lakatos (1991), a entrevista consiste em um encontro de pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto.

Para atender ao objetivo de avaliar as ações institucionais do *Campus Governador Valadares* na execução do PNAE, em especial, no período da pandemia, foram entrevistadas sete pessoas, sendo dois diretores do Campus (Diretor-Geral e Diretor Administrativo) e cinco membros da comissão local do PNAE. Os membros da comissão local do PNAE incluem a presidente, o vice-presidente, o representante da seção de assuntos estudantis e o representante do núcleo de apoio ao educando.

3.2.5 Aspectos Éticos

As pesquisas que envolvem pessoas precisam seguir fundamentos éticos, conforme resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Ministério da Saúde, que regulamentam os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos. Dessa forma, antes do desenvolvimento do trabalho, submeteu-se o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por meio da Plataforma Brasil, o qual foi aprovado em 05/10/2022, sob o número de protocolo 112104/2022.

Com a aprovação do Comitê de Ética e da Instituição, e antes de responderem ao questionário, os participantes maiores de dezoito anos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE D). Quanto aos participantes menores a autorização foi dada pelos pais e/ou responsáveis durante a segunda reunião de “pais e mestres” realizada pela direção de ensino do *campus*, conforme o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice D).

3.3 Análise dos dados

Os dados coletados passaram pelas etapas de seleção, codificação e tabulação antes da análise e interpretação dos dados, conforme recomendação de Marconi e Lakatos (2010). Segundo as mesmas autoras, a seleção consiste em um exame minucioso dos dados a fim de identificar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas e incompletas. A codificação é utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Já a tabulação é a disposição dos dados em tabelas a fim de facilitar a verificação das inter-relações.

A análise, segundo Marconi e Lakatos (2010), consiste na tentativa de tornar evidentes as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Já a interpretação é a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas.

Para analisar os resultados do questionário, primeiro ele foi desidentificado, ou seja, o nome dos estudantes foi substituído pela letra ‘E’ seguido de uma numeração sequencialmente. Em seguida, os dados foram tabulados utilizando as seguintes ferramentas: *excel* para fazer os gráficos e as tabelas; *Jamovi* (software estatístico gratuito e de código aberto) para elaborar a tabela de contingência e o teste qui-quadrado (X^2); e para as entrevistas, a matriz *SWOT* e matriz *SWOT* cruzada.

3.3.1 Teste qui-quadrado

O teste qui-quadrado é um teste de hipótese que compara a distribuição observada dos dados a uma distribuição esperada dos dados. Segundo Pestana e Gageiro (2005), ele é um método não paramétrico, ou seja, usa dados categóricos e permite verificar hipóteses sobre a independência ou a homogeneidade das distribuições observadas. Esse tipo de análise estatística usa dados que podem ser divididos em categorias, como sexo, cor, classe, etc.

Nesse sentido, para que se pudesse aplicar o teste qui-quadrado nesta pesquisa, primeiramente foi feita a definição das variáveis e organização dos dados no *excel*. Os dados foram importados para o software *jamovi* para criar uma tabela de contingência das variáveis e calcular o valor de p.

Porém, para uma melhor compreensão, é importante explicar os passos seguidos para fazer o teste qui-quadrado. Primeiro foram estabelecidas as hipóteses nula (H_0) e alternativa (H_1), depois foi calculado os graus de liberdade (gl), sendo $gl = (\text{linhas} - 1) \times (\text{colunas} - 1)$. Para obter o valor do qui-quadrado tabelado para o nível de significância e os graus de liberdade, utiliza-se a fórmula que está na figura 5, abaixo:

$$\chi^2 = \sum \left(\frac{(observado - esperado)^2}{esperado} \right)$$

Figura 5: Fórmula do teste qui-quadrado (X^2)

A partir disso, o valor do X^2 foi calculado somando-se as razões dadas pelos quadrados das diferenças entre as frequências observadas e as esperadas, divididas pelas frequências esperadas. Quanto ao grau de liberdade (GL), ele será igual a $(M-1) * (N-1)$, onde M = ao número de linhas e N = número de colunas. Logo, $GL = (L-1) * (C-1)$.

Para calcular o p-valor para o teste qui-quadrado, uma das alternativas foi usar uma tabela, como a que está no apêndice I, de valores do teste qui-quadrado, procurando o valor mais próximo do qui-quadrado observado na linha do grau de liberdade e vendo o valor-p correspondente na coluna superior.

Depois, confrontou-se o qui-quadrado observado com o qui-quadrado tabelado para decidir se rejeitaria ou não o H_0 . Para que a hipótese fosse nula (H_0), não deve existir associação entre as variáveis, $P > 0,05$, e para existir associação, hipótese alternativa (H_1), $P \leq 0,05$.

3.3.2 Matriz *SWOT* e matriz *SWOT* cruzada

E, relação à análise das entrevistas foi feita de forma qualitativa e quantitativa com o apoio da matriz *Swot*, cuja sigla abrange os *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Assim temos os fatores, forças e franquezas, classificadas como aspectos internos e, portanto, potencialmente alteráveis, e as oportunidades e as ameaças, que são fatores externos, cujo controle não pode ser exercido pela instituição, mas devem ser monitorados continuamente, pois são base para o planejamento estratégico.

Oliveira (2008), define matriz *SWOT* como

“Uma ferramenta que permite analisar a situação da empresa, considerando as variáveis controláveis e incontroláveis, internas e externas, que afetam o seu desempenho. Através dessa análise, é possível identificar as forças e fraquezas da organização, bem como as oportunidades e ameaças do ambiente onde ela está inserida. A partir disso, é possível elaborar estratégias que visem aproveitar as forças e oportunidades, corrigir ou minimizar as fraquezas e neutralizar ou evitar as ameaças. Oliveira.” (2008, p. 85-86).

Portanto, análise *SWOT* é a identificação sistemática desses fatores e da estratégia que reflete a melhor combinação deles. É baseada na lógica de que uma estratégia eficaz maximiza os pontos fortes para aproveitar as oportunidades ao mesmo tempo em que minimiza os pontos fracos para superar as ameaças.

Como mostra o quadro 2, a matriz *SWOT* é composta por quatro quadrantes, que representam as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da organização.

Quadro 2: Exemplo de matriz SWOT aplicada a uma empresa fictícia (adaptado de Oliveira (2008, p.87)

		Positivo		
		Forças	Oportunidades	Ambiente Externo
Ambiente Interno	Qualidade dos produtos Fidelidade dos clientes Marca reconhecida	Expansão do mercado Novas tecnologias Parcerias estratégicas		
	Custos elevados Dependência de fornecedores Falta de inovação	Concorrência acirrada Crise econômica Mudanças na legislação		
Fraquezas		Ameaças		
Negativo				

Na caracterização da abrangência dos termos envolvidos em Nunes (2012), tomando-se de empréstimo delimitação utilizada no âmbito empresarial, dar-se-á prioridade a aspectos de maior aplicação à realidade estudada que é a execução do PNAE no IFMG-GV no período da pandemia.

Logo após a identificação dos fatores, foi feita a análise da matriz *SWOT* cruzada que, segundo Chiavenato e Sapiro (2003), possui a função de cruzar as oportunidades e as ameaças externas à organização com seus pontos fortes e fracos. Nesse cruzamento é realizado uma correlação entre os itens dos quadrantes dos quais resultarão estratégias para maximizar os pontos positivos e minimizar os negativos.

A matriz *SWOT* cruzada (*TOWS*), que tem um direcionamento mais prático e serve para definir um plano estratégico com a finalidade de alinhar as configurações contrastiva para a potencialização dos pontos fortes e das oportunidades e da eliminação ou minimização dos pontos fracos e das ameaças.

Nesse sentido, foi atribuída uma pontuação para cada combinação de um fator interno (força ou fraqueza) e um fator externo (oportunidade ou ameaça), de acordo com o impacto entre eles. As pontuações utilizadas foram: 2 para muito significativo, 1 para pouco significativo e 0 para indiferente. Em seguida, as pontuações de cada linha e de cada coluna da matriz foram somadas para obter o valor total de cada quadrante. Por fim, o valor médio de cada quadrante foi calculado dividindo o valor total pelo número de combinações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados desta pesquisa foram analisados para atender aos objetivos geral e específicos, comparando os resultados e as discussões do período pré-pandêmico e do período pandêmico, levando-se em conta o período de suspensão das aulas presenciais e após o seu retorno.

4.1 Alimentação Escolar: Investimentos e execução do PNAE no IFMG e no Campus Governador Valadares no período pré-pandêmico

Para entender como ocorreu a alimentação escolar no IFMG-GV durante o período da pandemia, é relevante conhecer o histórico de investimento dos recursos desde a sua implementação.

Conforme dados extraídos do Tesouro Gerencial (TG) que é, atualmente, o sistema de consulta à execução orçamentária, financeira, patrimonial do Governo Federal no âmbito do orçamento fiscal e seguridade social, o gráfico 1, a seguir, apresenta os valores recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pelo IFMG, destinado a todos os *campi*, antes da pandemia, cuja implementação do programa ocorreu em 2018. Devido a questões de planejamento, antes desse período os recursos eram devolvidos em sua totalidade por se tratar de um recurso vinculado, ou seja, destinado, exclusivamente, para aquisição de gêneros alimentícios aos estudantes da educação básica.

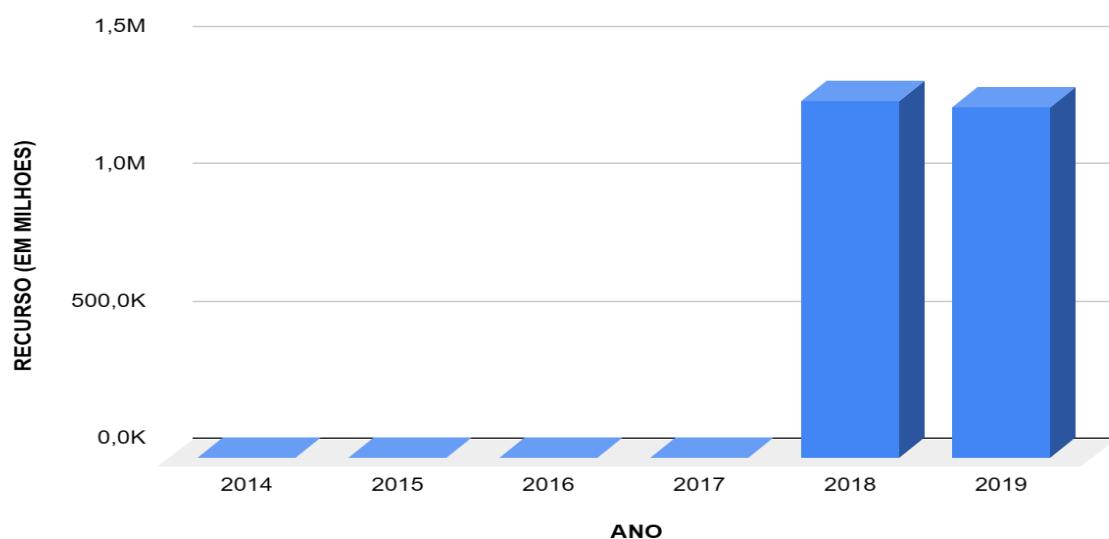


Gráfico 1: Recursos financeiros executados até 2019 no IFMG, período anterior à pandemia

De forma complementar, a tabela 3, detalha na coluna “destaques recebidos” o montante recebido, que tem como base o número de estudantes do ensino médio matriculados no ano anterior ao repasse. A coluna “despesas empenhadas” refere-se à efetiva utilização desses recursos. No ano 2018, 80% deles foram executados pelo IFMG-reitoria para aquisição de gêneros alimentícios para todos os *campi*, de forma centralizada, e 20% dos recursos foram descentralizados para os *campi* Bambuí e São João Evangelista para aquisição de alimentos da agricultura familiar. Em 2019, a totalidade dos recursos foi destinada aos *campi* Bambuí, Ouro Preto e São João Evangelista.

Tabela 3: Montante, em reais, repassados aos *Campi* nos anos de 2018 e 2019

Ano Lançamento	UG executora	Plano interno (PI)	DESTAQUE RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS
2018	158122 INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS (REITORIA)	PNAE - ALIMENTACAO ESCOLAR - ENSINO MEDIO CFF53M9601N	1.305.046,00	1.053.161,94
2018	158275 INST.FED.MINAS GERAIS/CAMPUS BAMBUI		47.449,19	
2018	158476 INST.FED.MINAS GERAIS/CAMPUS S.J. EVANGELISTA		204.429,39	
2019	158122 INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS (REITORIA)		1.280.512,34	
2019	158275 INST.FED.MINAS GERAIS/CAMPUS BAMBUI		478.145,56	
2019	158475 INST.FED. MINAS GERAIS/CAMPUS OURO PRETO		252.771,00	
2019	158476 INST.FED.MINAS GERAIS/CAMPUS S.J. EVANGELISTA		549.595,78	
TOTAL DO REPASSE (2018 E 2019)			2.585.558,34	2.585.552,86

Fonte: Sistema do Tesouro Gerencial do Governo Federal, 2023

Nota-se que, assim como a maioria dos *campi*, o *campus* Governador Valadares, não executou diretamente os recursos nesses períodos e além disso, apesar de, em 2018, o IFMG-reitoria ter realizado um processo de compra pública centralizado para atender a todos os *campi*, o *campus* não distribuiu os alimentos adquiridos, doando a parte que lhe cabia devido a questões relacionadas à a falta de infraestrutura e ao tipo de alimento obtido para distribuição.

4.2 Alimentação Escolar no período pandêmico, com suspensão das aulas presenciais

O gráfico 2 apresenta a evolução dos recursos do PNAE recebidos pelo IFMG-reitoria até o ano de 2021. Como pode ser observado, apesar da autorização legislativa para compra dos kits de alimentos (cesta básica) com os recursos referentes aos anos 2020 e 2021, cujos valores *per capita* por estudante do ensino médio permaneceram inalterados em R\$1,07, cuja pequena variação se deu em função do número de estudantes.

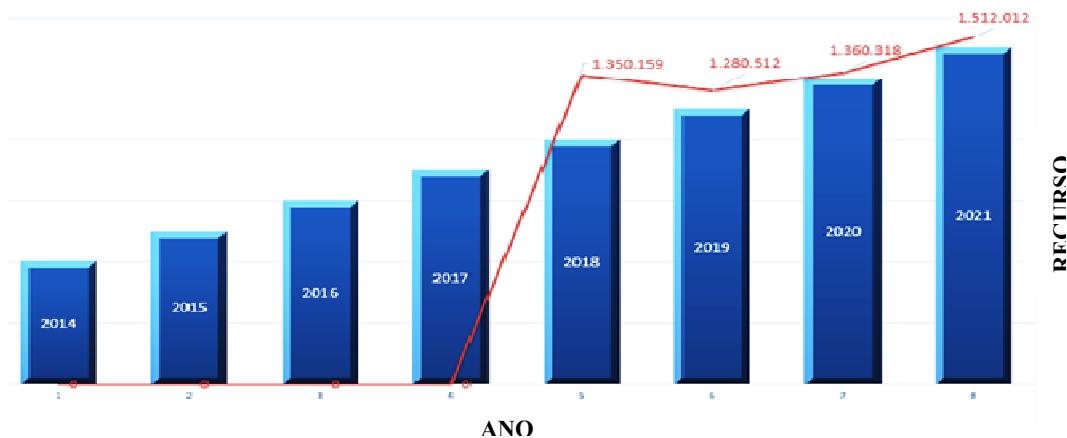


Gráfico 2: Recursos executados até o ano de 2021 pelo IFMG-reitoria (Fonte: Tesouro Gerencial, 2023)

A partir do ano 2020, o IFMG-Reitoria fez os repasses dos recursos do PNAE para todos os campi, inclusive para o de Governador Valadares. Do total dos recursos recebidos, o equivalente a 70% foi utilizado para a compra de kits de alimentos (cesta básica) e o restante, que deve ser destinado à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar (30%), não foi executado e, consequentemente, foi devolvido à reitoria, conforme descrito na coluna “recursos resgatados pela reitoria” da tabela 4, abaixo.

Tabela 4 - Recursos do PNAE executado no *campus* Governador Valadares no período de 2020 e 2021

Ano	Execução do orçamento quanto ao fornecedor	Recurso repassados ao <i>Campus</i>	Recurso resgatados pela Reitoria
2020	70% - Discricionário	R\$ 52.489,08	0
	30% - Vinculado (destinado a AF)	R\$ 22.495,32	R\$ 22.495,32
2021	70% - Discricionário	R\$ 56.823,12	0
	30% - Vinculado (destinado a AF)	R\$ 26.811,81	R\$ 26.811,81

Fonte: Elaborada pela autora, 2023 (SPO- IFMG-GV)

O processo de licitação para a aquisição dos kits de alimentos ocorreu em 2020 (PE 11/2020) e 2021 (PE 12/2021), mas a efetivação da entrega pela empresa e a distribuição aos estudantes ocorreu a partir de 2021, oito meses após a instituição da lei nº 13.987/20, que autorizou a compra dos kits com os recursos do PNAE.

Conforme a tabela 5, abaixo, a maior parte dos kits, 74%, foram distribuídos em 2021, no período da suspensão das aulas presenciais. Já o restante, 26%, após o retorno das aulas presenciais.

Tabela 5 - Quantidade de kits de alimentos adquiridos pelo campus Governador Valadares no período da pandemia, anos 2020 e 2021

Ano/ Repasse	Período da distribuição dos kits	Quantidade
2020	2021	1347
2021	2021 e 2022	297
	<i>TOTAL</i>	1644

Fonte: Elaborada pela autora, 2023 (SPO- IFMG-GV)

Embora a lei nº 13987/20 autorizasse a distribuição apenas no período de suspensão das aulas presenciais, a comissão local considerou que, como ainda havia saldo no empenho (recurso), a distribuição total dos kits seria importante para minimizar os efeitos socioeconômicos da pandemia ainda presentes.

Apesar da limitação dos recursos disponíveis, que deveria beneficiar aproximadamente de 336 estudantes durante um período aproximado de 4 meses, no *campus* Governador Valadares foi possível distribuir os kits de alimentos de janeiro de 2021 a março de 2022. Isso só ocorreu porque era realizada, mensalmente, uma pesquisa online na qual os estudantes manifestavam o interesse em receber o kit de alimentos, sendo que boa parte deles ou não manifestaram interesse ou manifestaram interesse apenas uma vez, havendo, assim, um recorte socioeconômico, que apesar de não intencional, acabou por contribuir com aqueles que mais necessitavam.

No âmbito nacional, a limitação de recursos prejudicou muitos estudantes. Uma pesquisa realizada pelo Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) revelou, além de outras coisas, que entre abril de 2020 e julho de 2021, apenas 14% dos estudantes receberam cestas de alimentos ou cartões-alimentação todos os meses.

4.2.1 Perfil socioeconômico dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do campus Governador Valadares com entrada em 2020 e 2021

Conhecer o perfil dos participantes contribui para subsidiar as decisões estratégicas com relação às políticas disponíveis no *campus* como a do PNAE, além de ser um indicador social, que mostra a realidade socioeconômica e contribui para uma melhor compreensão das características sociais e econômicos deles.

A partir da representação feita no gráfico 3, nota-se que 39,8% dos estudantes se declaram como brancos, 45,1% como pardos, 9,8% como pretos e 5,3% preferiram não informar. Esse dado revela uma pequena variação em relação aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) do IBGE, em 2021, a qual apresenta 43,0% dos brasileiros se declarando como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos.

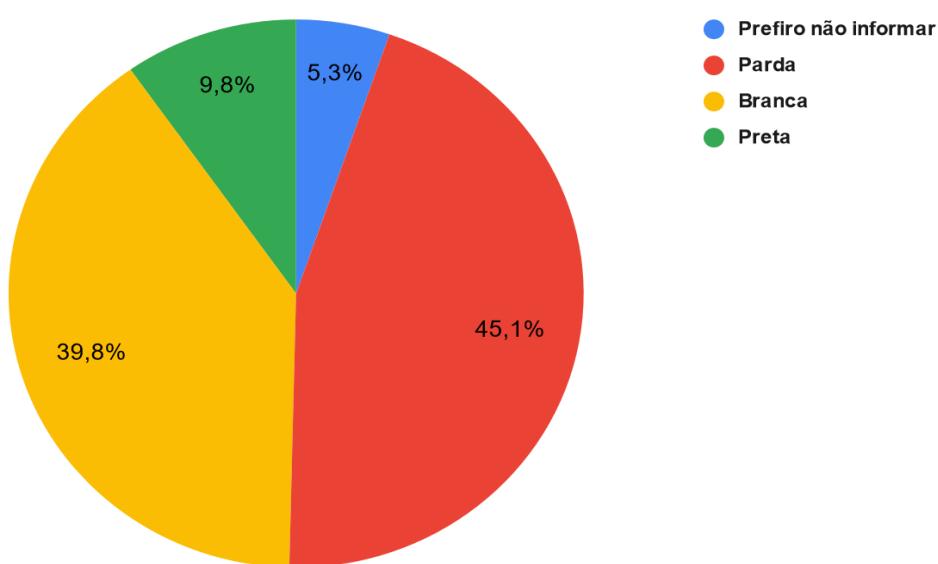


Gráfico 3: Perfil em relação à cor dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Quanto ao gênero, o gráfico 4 revelou que a maioria dos estudantes é do sexo feminino, 54,1%, e 45,9% masculino. Neste caso há uma maior similaridade com os dados oficiais das instituições públicas, já que, segundo o Censo Escolar de 2019, em levantamento feito pelo portal Melhor Escola, quase 52% das matrículas do ensino médio são de estudantes do sexo feminino.

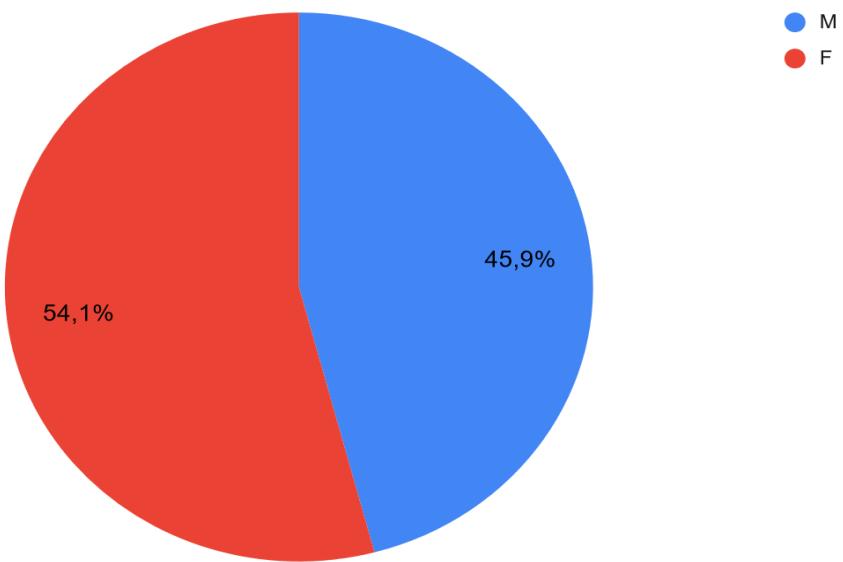


Gráfico 4: Perfil em relação ao gênero dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Quando se compara a distribuição de estudantes considerando o gênero e à cor, nos grupos autodeclarados negros, composto por pretos e pardos, existe maior proporção de estudantes do sexo masculino. Já no grupo dos autodeclarados brancos, prevalece os estudantes do sexo feminino, conforme pode ser observado abaixo no gráfico 5.

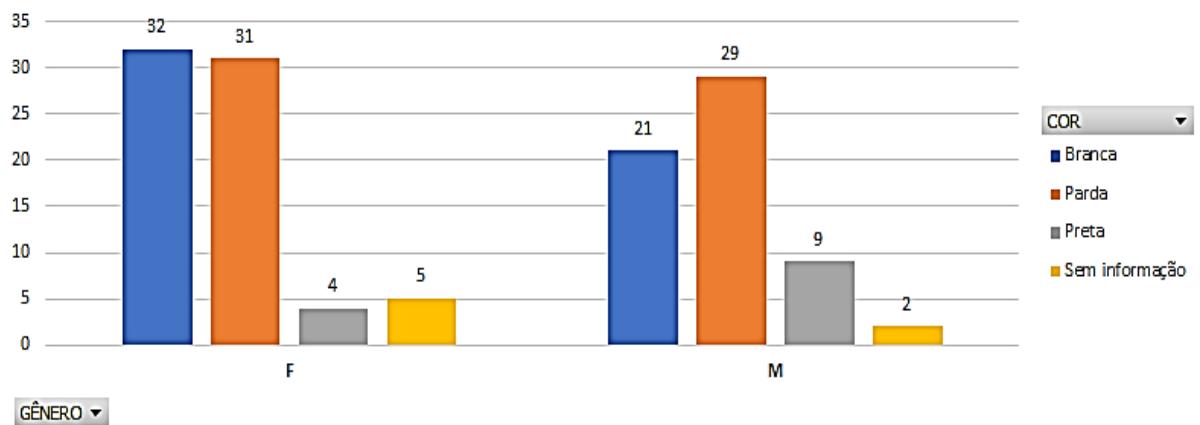


Gráfico 5: Perfil dos estudantes considerando o gênero e a cor

Considerando os dados constantes no gráfico 6, sobre a estratificação da renda familiar, cujo salário mínimo fixado à época da pesquisa era R\$1.212,00, a maioria dos estudantes responderam que possuem renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos (27,8%), seguidos dos que possuem renda acima de 5 (24,8%) e dos que possuem entre 2 e 3 salários mínimos (21,8%). A minoria deles disseram possuir renda familiar inferior a 2 salários mínimos (17,3%), já 8,3% não souberam ou não quiseram informar. De acordo com IBGE (2022), as faixas de renda são divididas pelas classes A, B, C, D e E. A classe A possui renda mensal domiciliar superior a R\$ 22 mil, a B entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil, a C entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil, já as classes D e E possuem renda até R\$ 2,9 mil. A partir dessa

categorização e considerando a média salarial dos pesquisados, pode-se dizer que a maioria deles, 50%, são da classe C.

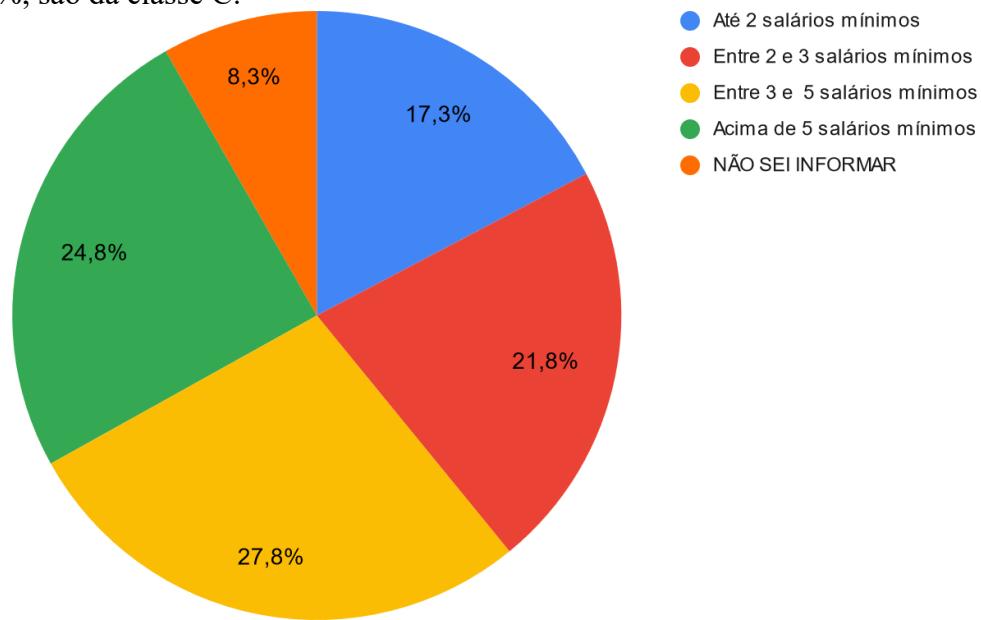


Gráfico 6: Estratificação dos estudantes quanto à renda familiar dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

O tamanho médio das famílias brasileiras, de acordo com o Observatório Nacional da Família (2021) diminuiu de 3,62 pessoas em 2008 para 3,07 em 2018. O gráfico 7 apontou que a maioria dos entrevistados, 48%, disseram possuir uma família com 4 membros, uma variação 30% maior que a média nacional.

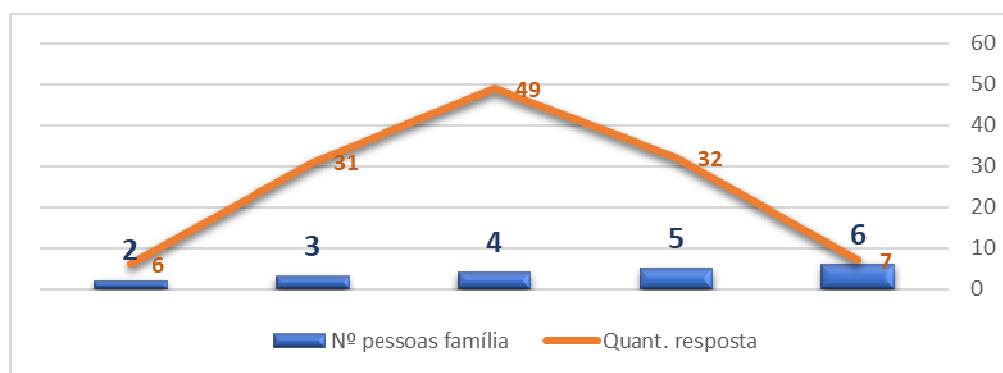


Gráfico 7: Perfil em relação ao tamanho da família dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Em resumo, pode-se dizer que os estudantes do ensino médio do IFMG-GV possuem características bem diversificadas, prevalecendo, no geral, quanto à cor, os negros de cor parda; quanto ao gênero, o feminino; quanto à renda familiar, os pertencentes à classe C; e quanto ao tamanho das famílias, as de 4 pessoas.

4.2.1.1 Perfil socioeconômico e o recebimento do kit de alimentos do PNAE na pandemia dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

A partir da hipótese de que a distribuição do kit de alimentos foi significativa para os estudantes e seus familiares, gerando impactos socioeconômicos positivos no período da pandemia, foi realizado o teste qui-quadrado para verificar se existe a associação significativa entre as seguintes variáveis: “recebimento do kit de alimentos” em relação à “renda familiar”, à “cor” e ao “gênero”.

Nesse sentido, temos as seguintes hipóteses:

- Hipótese nula (H_0): Não existe associação entre o recebimento do kit de alimentos e as “variáveis”. $P > 0,05$.
- Hipótese alternativa (H_1): Existe associação entre o recebimento do kit de alimentos e as variáveis. $P \leq 0,05$.

Quadro 3: Fatores associados ao recebimento do kit de alimentos no período da pandemia no campus Governador Valadares

RENDA FAMILIAR (SM)	VOCÊ RECEBEU O KIT DO PNAE?			Total	Testes χ^2
	NÃO	SIM	sem informação		
≤ 2 SM	7	16	0	23	
> 2 e ≤ 3 SM	14	14	1	29	$\chi^2 = 20.9$
> 3 e ≤ 5 SM	21	16	0	37	
> 5 SM	26	7	0	33	
NÃO SEI	7	3	1	11	P-valor = 0,008
Total	75	56	2	133	
COR	VOCÊ RECEBEU O KIT DO PNAE?			Total	$\chi^2 = 60.01$
	NÃO	SIM	sem informação		
Branca	31	20	2	53	
Parda	36	24	0	60	
Preta	5	8	0	13	
sem informação	3	4	0	7	P-valor = 0,422
Total	75	56	2	133	
GÊNERO	VOCÊ RECEBEU O KIT DO PNAE?			Total	$\chi^2 = 2.4$
	NÃO	SIM	sem informação		
M	34	25	2	61	
F	41	31	0	72	
Total	75	56	2	133	P-valor = 0,301

Fonte: Software Jamovi, 2023.

Analizando o quadro 3, verifica-se que não houve associação significativa ($p > 0,05$) em 2/3 das categorias, cuja exceção foi a variável renda familiar, que registrou associação significativa, rejeitando H_0 . No entanto, isso não implica uma relação de causalidade, mas uma tendência de associação entre essas duas variáveis.

É importante destacar que o interesse nos kits variou de acordo com a renda familiar dos grupos estratificados por faixa salarial, os de menor renda têm mais interesse e os de maior renda têm menos interesse. Por exemplo, dos 23 estudantes com renda até 2 salários mínimos, 16 (quase 70%) receberam o kit. Já dos que tinham renda acima de 5 salários

mínimos, apenas 21% receberam o kit. Os grupos intermediários tiveram percentuais de 48% (entre 2 e 3 salários mínimos) e 43% (entre 3 e 5 salários mínimos).

De forma geral, o gráfico 8, abaixo, sintetiza o interesse dos estudantes em receber o kit. Dos 133 estudantes participantes, aproximadamente 42,1% disseram ter recebido o kit de alimentos, 56,4% não receberam e 1,5% preferiram não responder à questão.

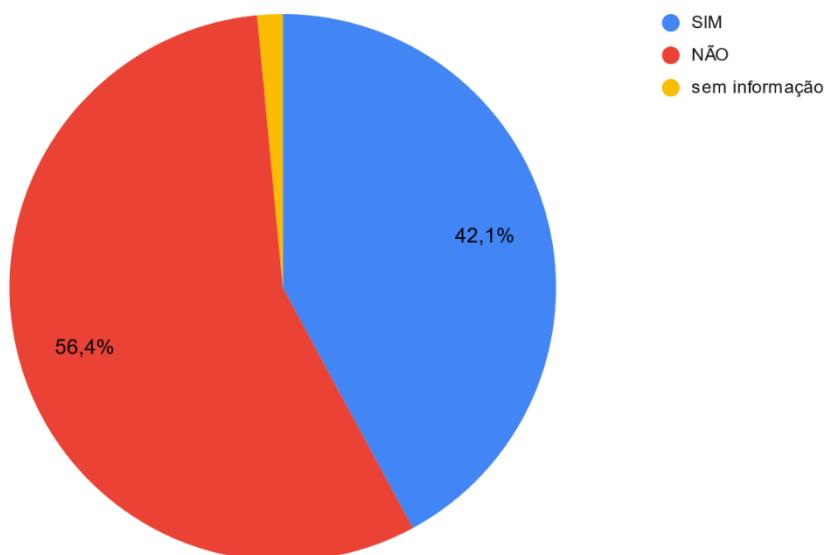


Gráfico 8: Recebimento do Kit de alimentos do PNAE nos anos 2021 e 2022 pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Para que os estudantes pudessem ter acesso ao kit de alimentos, mensalmente, deveriam acessar a plataforma MOODLE (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment / Ambiente de Aprendizagem Modular Orientado a Objeto), a mesma utilizada para as aulas remotas, e manifestar o seu interesse, conforme o fluxograma da figura 6. Essa manifestação de interesse visava organizar a logística de aquisição e entrega dos kits, mas como parte dos estudantes não tiveram interesse neles, acabou por fazer um recorte do público alvo, resultando na otimização dos recursos que eram limitados. No final, essa estratégia adotada acabou beneficiando os estudantes com reais vulnerabilidades econômicas e sociais.

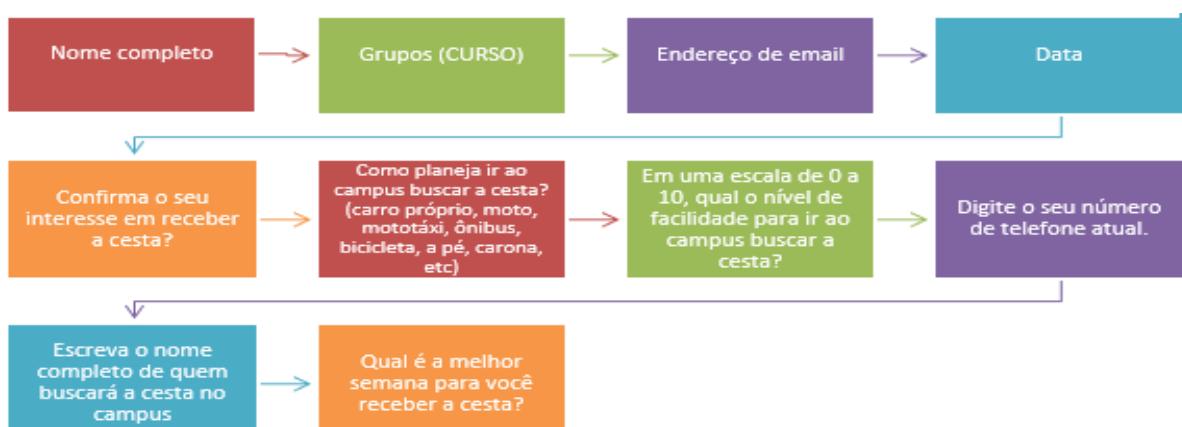


Figura 6: Fluxograma para manifestação de interesse no kit de alimentos no período da pandemia

Com base na manifestação de interesse, a comissão local do PNAE solicitava à empresa os kits de alimentos e montava um cronograma de entrega no qual era informado o período para retirada no *campus* ou agendamento da entrega nas residências a depender das

condições de deslocabilidade do estudante, aferida a partir de uma escala hierarquizada, conforme a coluna “Em uma escala de 0 a 10, ...buscar a cesta?” da quadro 4.

Quadro 4: Manifestação de interesse dos estudantes no período da pandemia

Estudante	Grupos	Endereço de email	Confirma o seu interesse em receber a cesta?	Como planeja ir ao campus buscar a cesta? (carro próprio, moto, mototáxi, ônibus, bicicleta, a pé,	Em uma escala de 0 a 10, qual o nível de facilidade para ir ao campus buscar a cesta?
E2	TST.3A	ptmail.com	Confirmo, sim!	Moto, mototáxi	6
E4	-	utlook.com	Confirmo, sim!	carona, onibus, ajuda de Deus	2
E6	TST.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	Carro próprio	8
E7	TED.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	Carro próprio	10 - muito fácil ir buscar
E8	TED.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	Carro próprio	6
E9	TST.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	carro próprio	8
E10	TST.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	Ônibus	6
E11	-	ail.com.br	Confirmo, sim!	carona	10 - muito fácil ir buscar
E14	TED.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	bicicleta motorizada	7
E19	TST.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	moto	7
E20	-	gmail.com	Confirmo, sim!	Moto	5
E21	TST.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	carona	2
E23	-	gmail.com	Confirmo, sim!	Carona	3
E24	TED.3A	ptmail.com	Confirmo, sim!	Moto	8
E26	-	gmail.com	Confirmo, sim!	uber	9
E28	-	ptmail.com	Confirmo, sim!	Uber	5
E31	-	gmail.com	Confirmo, sim!	Carro	7
E32	TST.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	carro próprio	4
E43	-	gmail.com	Confirmo, sim!	Carona	5
E44	TED.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	Carro	5
E46	TED.1A	gmail.com	Confirmo, sim!	ônibus ou bicicleta	2
E47	TST.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	Ônibus	1
E48	TST.3A	gmail.com	Confirmo, sim!	Ônibus.	3
E50	takouryfc@gmail.com	Confirmo, sim!	Carona		6

Durante a pandemia, para atender aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de garantir a sua permanência na instituição, além do kit de alimentos do PNAE, que tem caráter universal, foi disponibilizado, por meio de edital, auxílios financeiros por meio de bolsa permanência e de auxílio emergencial de inclusão digital para aquisição de serviço de internet e/ou computadores.

Diante disso, ao serem perguntados se durante a pandemia receberam algum apoio assistencial do IFMG-GV, a maioria, 51,1% disseram não ter tido interesse ou necessidade, 2,3% acessaram somente o auxílio digital, 3,8% somente a bolsa permanência, 22,6% somente o kit do PNAE, 6,8% disseram não ter tido conhecimento, já 13,5% acessaram pelo menos duas dessas políticas de assistência ao estudante, conforme o gráfico 9, abaixo.

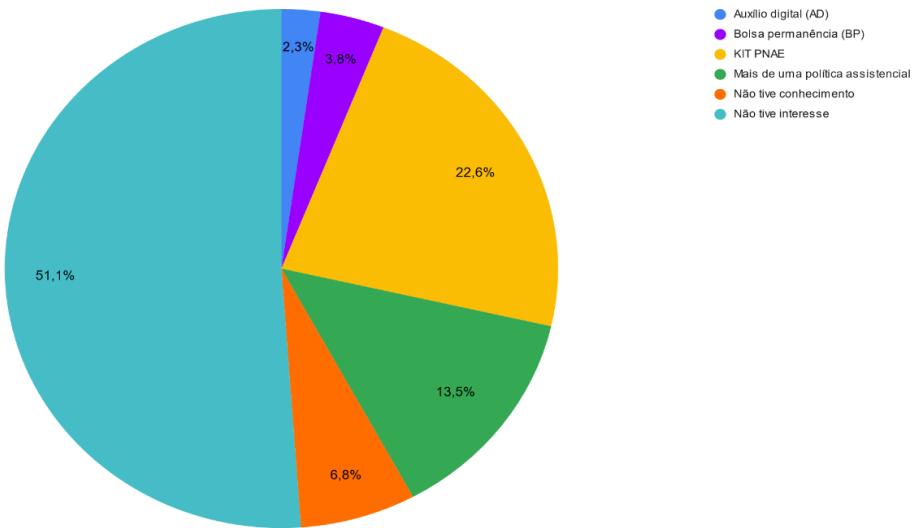


Gráfico 9: Acesso às políticas de assistência estudantil nos anos 2020 e 2021 pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

O quadro 5 apresenta um paralelo entre a execução do PNAE no IFMG-GV na pandemia e as suas diretrizes:

Quadro 5: Execução do PNAE no IFMG-GV em relação às diretrizes da lei nº 11.947/2009

Diretriz	Atendimento			Situação do <i>Campus</i>
	Sim	Não	Parcial	
Emprego da alimentação saudável e adequada	-	-	X	O conteúdo do kit de alimentos foi composto por uma cesta básica tradicional contendo produtos industrializados. Essa diretriz foi cumprida parcialmente porque no kit não havia alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados.
Inclusão da educação alimentar e nutricional	-	X	-	A partir de 2018 foram desenvolvidos 12 projetos envolvendo estudantes dos cursos técnicos integrados em uma horta construída no <i>campus</i> , mas com o tempo ela foi sendo desativada. Em 2020, durante o período da suspensão das aulas presenciais ela foi totalmente extinta.
Universalidade	-	X	-	Foram contemplados apenas os estudantes que manifestavam interesse em receberem o kit. Havendo, portanto, um recorte socioeconômico não intencional por parte do <i>campus</i> .
Participação da comunidade no controle social	-	-	-	De acordo com a lei, a exigência de um Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é para Estados, Distrito Federal e Municípios, configurando apenas uma sugestão para as escolas federais. No IFMG-GV há um Comissão Local composta pela comunidade acadêmica.
Apoio ao desenvolvimento sustentável	-	X	-	Devido ao período de emergência e a pouca experiência da comissão local, o <i>Campus</i> não realizou a chamada pública para aquisição de produtos da agricultura familiar.
Direito à alimentação escolar	-	-	X	Foi garantida parcialmente, pois nem todos os estudantes receberam o kit. Vale ressaltar que o direito à alimentação escolar busca o incentivar os hábitos de alimentação saudável, não se limitando a questões socioeconômicas.

Fonte elaborada pela autora (a partir da Lei nº 11.947/09).

A partir dos dados compilados no quadro 5, nota-se que o *campus* não cumpriu de forma integral nenhuma das diretrizes do Programa. A agricultura familiar, por exemplo, um caso paradigmático do apoio ao desenvolvimento sustentável, foi praticamente alijado das estratégias de implementação do Programa no *campus*, uma vez que o mesmo não conseguiu adquirir e distribuir alimentos deste segmento produtivo. Outro exemplo de vulnerabilidade operatória do programa recaiu sobre a diretriz universalidade, já que os kits não foram distribuídos para todos os estudantes. No entanto há que se ressaltar que, se por um lado foi feito um recorte, o que, portanto, gerou restrição, por outro, permitiu-se que os kits fossem distribuídos em maior quantidade para aqueles que manifestaram interesse/necessidade, o que com efeito produziu uma potencialização que contribuiu para mitigar as externalidades negativas do covid-19 e a vulnerabilidade social.

4.2.1.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar no IFMG-*Campus* Governador Valadares na percepção dos estudantes

Ao serem questionados se tinham conhecimento de que a alimentação escolar é uma política pública nacional para todos os estudantes do ensino básico de escola pública, estabelecida por lei, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), constatou-se que (gráfico 10), dos estudantes entrevistados, 70,7% responderam afirmativamente, indicando que possuíam conhecimento sobre o programa, enquanto 29,3% responderam negativamente, indicando que não estavam cientes da existência do PNAE.

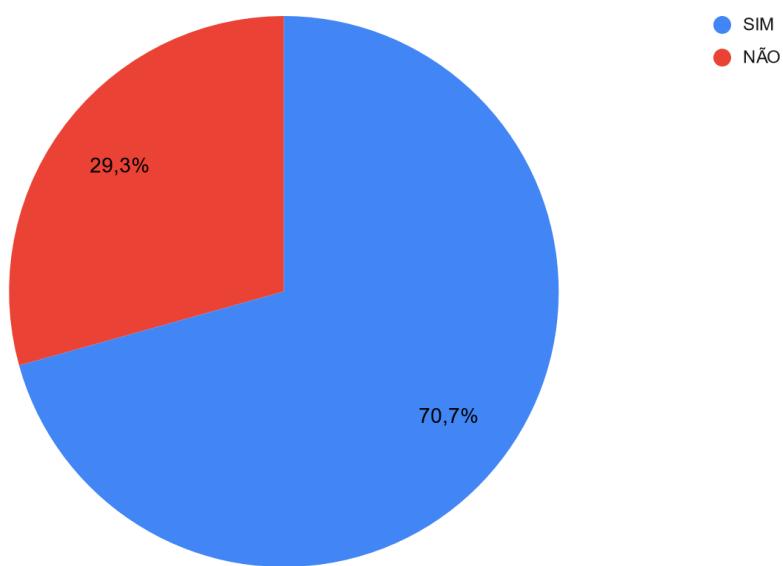


Gráfico 10: Conhecimento sobre o PNAE dos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

O fato de que a maioria dos estudantes (70,7%) demonstrou conhecimento sobre o programa é um aspecto positivo, pois indica que parte considerável da comunidade estudantil está ciente da política pública nacional de alimentação escolar e de seus benefícios. No entanto, é preciso atentar para o fato de que quase um terço dos estudantes (29,3%) não esteja ciente do PNAE. Isso pode ser resultado de adoção de estratégias pouco eficazes para informar aos estudantes sobre a importância e os objetivos do programa. Por sua vez, essa lacuna de falta de conhecimento pode levar a uma percepção equivocada de subvalorização da alimentação escolar, prejudicando a participação dos estudantes e sua compreensão dos benefícios nutricionais e educacionais proporcionados pelo PNAE.

Tendo em vista que o PNAE é destinado a escolas públicas e que o IFMG possui uma política de cotas para ingresso, a qual reserva 50% das vagas para ingressantes de escolas públicas, as respostas condizentes com essa realidade, visto que 53,4% dos estudantes disseram que tiveram acesso à alimentação escolar antes de estudarem no IFMG-GV, conforme o gráfico 11 abaixo.

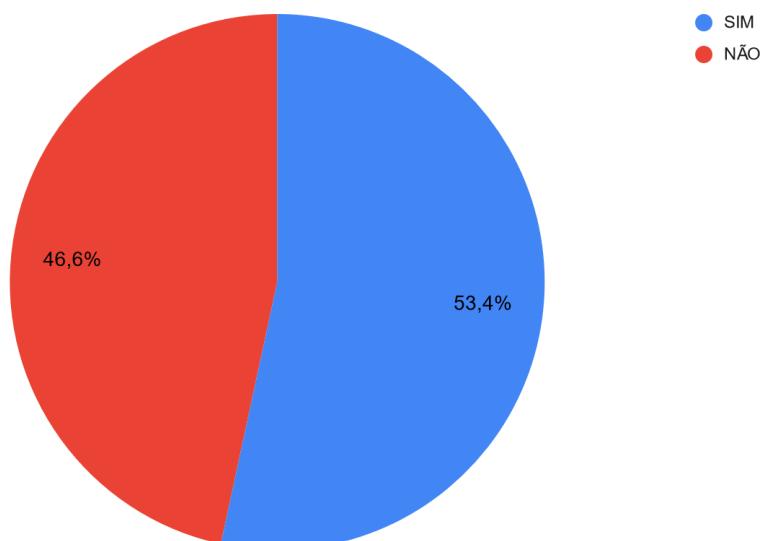


Gráfico 11: Acesso aos alimentos do PNAE antes do IFMG pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Além do fornecimento de alimentos, uma das diretrizes do PNAE é a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, em todo o currículo escolar. Nesse sentido, foi perguntado aos estudantes se já haviam participado de alguma ação de educação alimentar e nutricional no IFMG-GV. 67,7% disseram ter não ter participado de nenhuma ação educativa, já 30,8% disseram ter participado de ações educativas sobre alimentação e nutrição escolar e 1,5% não responderam à questão, conforme apresentado no gráfico 12, abaixo.

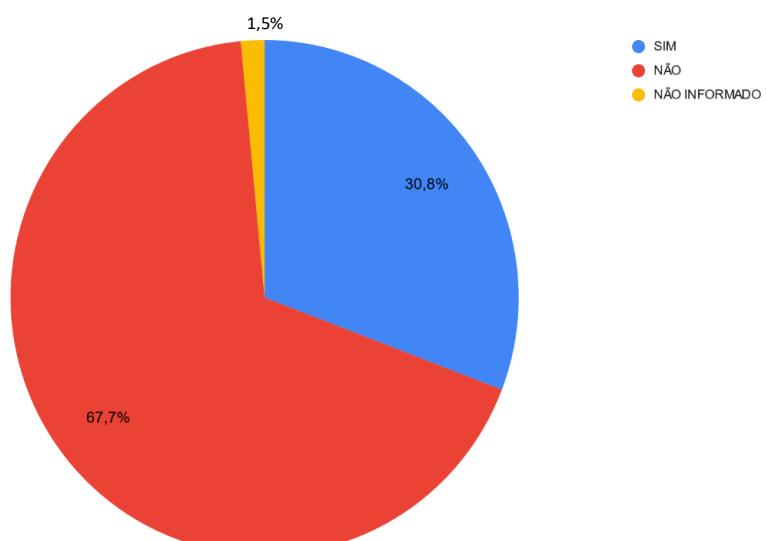


Gráfico 12: Participação em ação de educação alimentar e nutricional pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

É interessante mencionar, quanto a isso, que houve, em 2018, no *campus* GV uma ação educativa de formação de uma horta a partir da qual os estudantes tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos para produção de alguns alimentos de forma ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica. No entanto, durante a pandemia, ela foi desativada devido à falta de manutenção e, infelizmente, não foi retomada.

Quanto à percepção dos estudantes sobre a qualidade e a quantidade dos kits de alimentos (cesta básica) do PNAE o gráfico 13 demonstrou que 37,9% não o avaliaram porque não manifestaram interesse/necessidade no kit, já os que o avaliaram, 37,1% consideram que o kit atendeu aos critérios de qualidade e quantidade e 25% consideraram que o kit estava aquém do necessário.

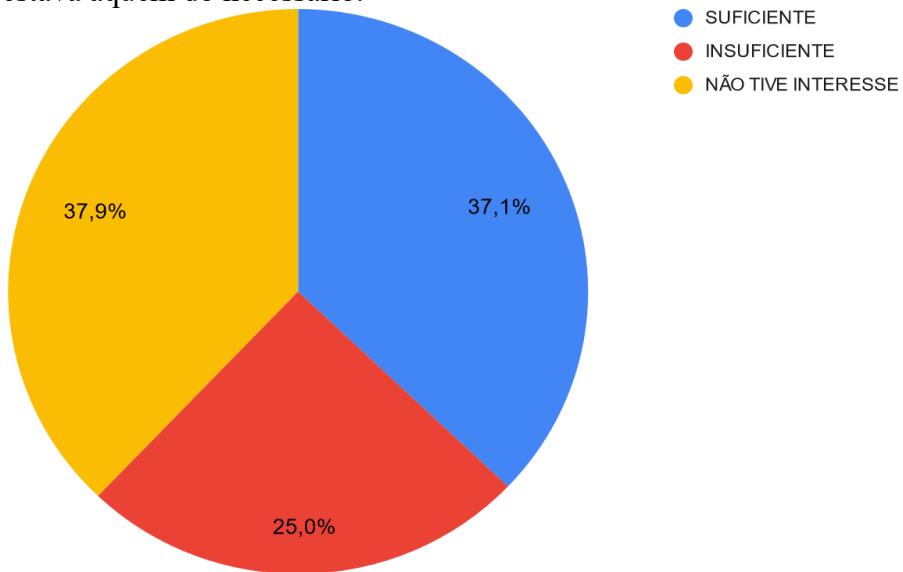


Gráfico 13: Avaliação da composição do Kit de alimentos o PNAE pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

O kit de alimentos era composto por arroz (5Kg), feijão (2Kg), macarrão (1kg), açúcar (2kg), fubá (500g), molho de tomate (340g), leite em pó, café (250g), óleo (900ml) e sal (1kg), cujo valor médio foi de R\$ 66,71 (sessenta e seis reais e setenta e um centavos). e acordo com as orientações do FNDE, os kits deveriam ser compostos, preferencialmente, por alimentos *in natura* e minimamente processados, buscando-se manter o fornecimento semanal de porções de frutas, hortaliças, tubérculos e raízes aos estudantes, com preferência àquelas de maior durabilidade (BRASIL, 2020a), o que reforça a importância de que fossem adquiridos alimentos frescos e saudáveis da agricultura familiar.

4.2.1.3 Importância da distribuição dos kits de alimentos do PNAE para os estudantes e seus familiares no período da pandemia

Sobre a importância da distribuição dos kits do PNAE, a última pergunta do questionário foi uma questão aberta para que os estudantes pudessem revelar suas impressões sobre a execução do Programa no período da pandemia. Para isso, foi feita a seguinte pergunta: “Qual foi a importância do kit de alimentação disponibilizado no período da pandemia?”. A figura 7, “nuvem de palavras”, apresenta de forma destacada aquelas palavras que mais se repetiram nas respostas dos estudantes que receberam o kit de alimentos: “importante”, “alimentação”, “ajudou”, “família”. Diante disso, é possível supor que o kit de alimentação foi importante para eles e suas famílias:



Figura 7: Nuvem de palavras – importância da distribuição do kit de alimentos do PNAE para os estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

O quadro 6, abaixo, corrobora os dados da figura 7 reafirmando a importância do kit de alimentos para os estudantes que o receberam.

Quadro 6: Respostas selecionadas do apêndice H referente aos estudantes que receberam o kit de alimentos disponibilizado no período da pandemia.

E5	“Como minha mãe ficou desempregada na pandemia foi de extrema importância o recebimento dos kits de alimentação.”
E6	“Foi importante pois foi um auxílio necessário que vinha a complementar a alimentação de forma a deixá-la suficiente.”
E8	“Muito importante porque durante a pandemia minha mãe estava desempregada.”
E9	‘A importância do kit de alimentação no período da pandemia foi um auxílio que ajudou muito por estar em um momento difícil e com mais gastos devido ao fato de que ficamos mais tempo em casa e que as oportunidades de trabalho diminuíram muito.’’
E10	“o kit de alimentos foi bastante importante para mim e minha família ajudou bastante em casa inclusive sinto falta.”
E39	“Foi importante para evitar gastos com grande parte da alimentação.”
E74	“Foi importante pois ajudou minha família a se manter nesse período.”

Vale ressaltar que até mesmo aqueles que não tiveram interesse e/ou necessidade de receber o kit de alimentos disseram que ele foi muito importante devido aos impactos da pandemia na renda de muitas famílias, a exemplo do registro seguinte:

“Eu não usufrui do kit de alimentação ofertado, mas reconheço que foi muito importante durante o período de pandemia e que ajudou várias famílias que passaram dificuldades” (Estudante 25 do questionário).

4.3 Alimentação escolar no período pandêmico, após a retomada das atividades presenciais

O ano de 2022 foi marcado pela retomada das atividades presenciais de ensino no *campus*, havendo uma certa normalização das atividades, inclusive no que tange à alimentação escolar, visto que a pandemia ainda permanecia.

O gráfico 14 apresenta o primeiro cenário no qual o campus Governador Valadares utilizou 100% dos recursos do PNAE, dos quais 70% foi utilizado para aquisição de alimentos não perecíveis e 30% para aquisição de alimentos saudáveis da agricultura familiar como determina a lei nº 11.947/2009.

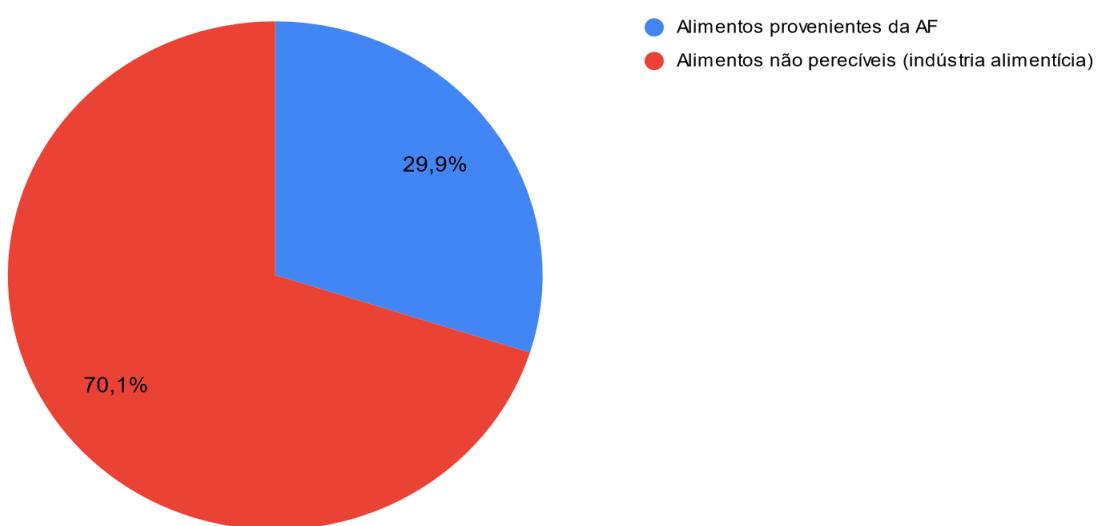


Gráfico 14: Execução dos recursos do PNAE do campus em 2022 estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Considerando que os cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFMG-GV são de turno integral, segundo a legislação do PNAE (Resolução 06/2020) os cardápios deveriam ser planejados para atender, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais dos estudantes, distribuídos em, no mínimo, três refeições diárias. Infelizmente, no entanto, o *campus* só oferta uma delas: um lanche, no período da manhã, composto por biscoitos, iogurtes e frutas, distribuídos de forma alternada.

Para saber a receptividade deles em relação ao lanche oferecido, foi perguntado se eles se alimentavam desse lanche. O gráfico 15 mostra que 78,2 % disseram que sim, já 21,8% disseram que não tinham interesse pelo que era oferecido.

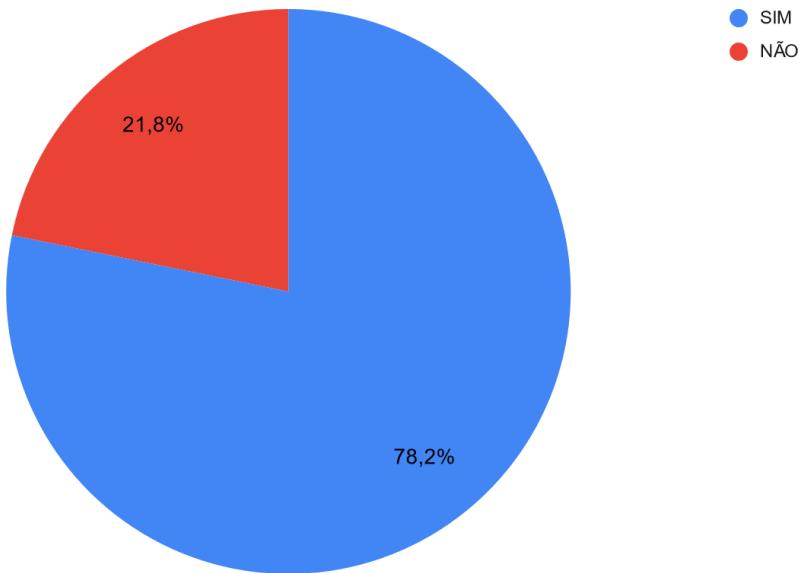


Gráfico 15: Interesse nos alimentos ofertados no Campus, após o retorno das aulas presenciais, pelos estudantes matriculados em 2022 nos 2ºs e 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

4.4 Entrevista com os gestores e com os membros da comissão local do *campus* sobre a execução do PNAE

A entrevista trouxe a ótica da gestão e da comissão local do *campus* sobre o PNAE e os fatores que impactaram a sua execução. Com base nela, os dados foram compilados para identificação dos fatores que compuseram a matriz *SWOT*, acrônimo utilizado para avaliar os fatores internos, pontos fortes e fracos, e os externos, oportunidades e ameaças.

Para a distribuir as avaliações entre aspectos internos e externos o critério utilizado foi considerar como internos todos os aspectos relacionados ao âmbito de decisões e ações institucionais do *campus* em relação ao PNAE. Por outro lado, foram classificados como aspectos externos, as ações e decisões sobre as quais o *campus* não tinha controle, ou seja, aquelas que, comumente, são divididas em fatores macro ambientais como as questões políticas, econômicas e sociais.

Nesse sentido, o quadro 7, abaixo, traz a entrevista no formato da matriz *SWOT* com os fatores e as concepções apontados pelos gestores e membros da comissão local sobre a execução do PNAE no *campus*.

Quadro 7: Fatores apontados na entrevista com os gestores e membros da comissão local sobre a execução do PNAE no *campus*

Fator	Concepção
Pontos Fortes (interno)	
Autonomia (administrativa e financeira)	Por ser uma autarquia, a instituição tem autonomia para gerir tanto a sua organização administrativa como os seus recursos financeiros.
Pregão eletrônico centralizado no IFMG-reitoria.	Processo licitatório que foi realizado pelo IFMG-reitoria com a finalidade de atende a todos os <i>Campi</i> . Isso contribuiu para o interesse das empresas devido o volume da compra.

.....Continuação do quadro 7

Sistema online para manifestação de interesse nos kits	Foi através do MOODLE, sistema utilizado para realização das atividades remotas. Isso deu acessibilidade a todos os estudantes.
Logística de entrega dos kits	Além de organizar um cronograma de recebimento e entrega dos kits, o <i>campus</i> disponibilizou transporte para aqueles que tinham dificuldade de deslocabilidade.
Pontos Fracos (interno)	
Devolução de recursos destinados à agricultura familiar	Devido a questões de falta de capacitação dos servidores envolvidos para gerir o processo de chamada pública e a falta de interlocução com os fornecedores da agricultura familiar, não foi possível a aquisição de alimentos desse setor produtivo até 2021.
A infraestrutura do <i>campus</i> é inadequada para atender o Programa.	No período da pandemia o <i>campus</i> não contava com um local apropriado para o armazenamento, sendo necessária a alteração do local de entrega, algumas vezes.
Falta de capacitação da comissão local	Os membros tiveram nenhum curso de capacitação para desempenhar suas atividades. Além disso, eles possuem outras atribuições, fazendo com que as atividades do Programa sejam secundarizadas.
Falta de interlocução com os fornecedores da agricultura familiar	Essa situação dificultou a realização da primeira chamada pública para a AF, que ocorreu no final do ano de 2022.
Pouco envolvimento dos servidores nos processos do PNAE	Os processos para oferta de alimentos do PNAE ficam restritos aos membros do PNAE. Isso pode ter relação com a falta de efetividade da comunicação da importância do Programa para a comunidade acadêmica.
Falta de um nutricionista no <i>campus</i>	As demandas do campus são encaminhadas para os nutricionistas de outros <i>campi</i> do IFMG. A falta desse profissional limita algumas ações como o acompanhamento do que é consumido, visto que o art. 1º da lei 14.947/2009, diz que alimentação escolar é todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem.
O campus não possui um refeitório para os estudantes	A falta de um refeitório próprio dificulta o acompanhamento dos alimentos consumidos pelos estudantes, além do lanche ofertado. Os serviços de alimentação disponível no <i>campus</i> são através de uma cantina terceirizada.
Oportunidades (externo)	
Instituição da Lei nº 13.987/2020	Alterou a lei nº14.947/2009 do PNAE, para autorizar a distribuição de kits de alimentos para os pais e responsáveis dos estudantes no período pandêmico durante a suspensão das aulas presenciais.
Aproximação com outras entidades executoras locais	Esta ação deve ser incentivada, visto que a aproximação com instituições locais executoras do PNAE permite conhecer as experiências exitosas, o que contribui para o desenvolvimento das ações no <i>campus</i> .

.....Continuação do quadro 7

Aproximação com empreendedores da agricultura familiar.	A aproximação com esse seguimento produtivo através do contato com as cooperativas e associações locais contribui para formação de novos mercados de fornecedores, facilitando a aquisição dos produtos e até mesmo incentivando-os a se organizarem para atender às demandas do <i>campus</i> .
Oferta de cursos voltados para AF	O IFMG-GV possui um efetivo docente capacitado, isso possibilita uma oferta de cursos para agricultores familiares que vai desde a questões da produção sustentável até a administração do empreendimento.
Buscar novas fontes de recurso	Como os recursos são limitados, uma alternativa é a busca por emendas parlamentares para investir na alimentação escolar.
Usar 100% do recurso repassados pelo FNDE para aquisição de alimentos da agricultura familiar	Essa opção além de privilegiar a aquisição de produtos saudáveis e minimamente processados, o que é plenamente desejável, tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento local rural.
Investimento de recursos próprios na alimentação escolar	O <i>campus</i> não prevê no seu planejamento orçamentário recurso próprio para a alimentação escolar, utilizando somente o repasse anual feito pelo FNDE, que tem caráter suplementar.

Ameaças (externo)

Limitação de recurso para compra dos kits de alimentos	Os valores repassados para a compra dos kit de alimentos tiveram com base os fixados pela Resolução MEC/FNDE/CD 01/2017, não havendo nenhum reforço de recurso para atender a essa demanda.
Repasso FNDE sem aumento	Apesar da instituição da lei que permitiu a distribuição dos kits de alimentos, não houve aumento no recurso destinado ao programa.
Morosidade do processo licitatório	A lei que versa sobre compra no serviço público, muitas vezes gera uma morosidade que, se por um lado visa transparência, por outro o processo fica lento. Com isso, o pregão realizado pelo IFMG-reitoria só foi executado no final do ano de 2020.
Externalidade negativas pandemia	Crise sanitária com impactos sociais, econômicos, políticas e culturais.
Sazonalidade de alguns produtos da agricultura familiar	Os produtos demandados precisam ser práticos como algumas frutas, o que limita muito a aquisição já que a oferta de frutas no município de Governador Valadares e região pela AF é limitada.
Falta de interesse dos agricultores em participar das chamadas públicas do <i>campus</i>	A produção de frutas na região pelos agricultores familiares ainda é pouco expressiva, havendo a necessidade de um incentivo nesse sentido.

Fonte: elaborada pela autora (2023)

A partir disso, foram selecionados 4 principais fatores, para a construção da matriz *SWOT*, que é focada em fazer um diagnóstico da situação apresentando os fatores internos e externos que tiveram um impacto mais significativo na execução do Programa no período pandêmico, conforme representado pelo quadro 8, abaixo.

Quadro 8: Matriz SWOT - 4 principais fatores que impactaram a alimentação escolar no período pandêmico (adaptada pela autora, Oliveira (2008)

		Positivo	
		Forças	Oportunidades
Ambiente Interno		Autonomia na gestão dos recursos. Pregões institucionais. Sistema online para manifestações de interesse nos kits. Logística de entrega dos kits.	Instituição da Lei nº 13.987/2020 (kit de alimentos) Aproximação com os empreendedores da agricultura familiar. Investir recursos próprios na alimentação escola Usar 100% dos recursos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar
		Falta de interlocução com os fornecedores da agricultura familiar Devolução dos recursos destinados à agricultura familiar (2020 e 2021) Falta de infraestrutura física para atender o PNAE Falta de capacitação da comissão local	Limitação repasses do FNDE para o PNAE Morosidade do processo licitatório Sazonalidade de alguns produtos da AF demandados pelo campus. Externalidade negativas da pandemia
Fraquezas		Ameaças	
		Negativo	

De forma complementar à matriz *SWOT*, o quadro 9, abaixo, apresenta a matriz *SWOT* cruzada (*TOWS*), na qual foi possível verificar que as Fraquezas combinadas com as Ameaças são maiores, representando 29% dos quadrantes seguidos pela combinação Fraqueza e Ameaças com 27%, Forças combinadas com as Ameaças, 23%, já as Forças combinadas com as Oportunidades representam 21% dos quadrantes, com a menor pontuação.

Quadro 9: Análise cruzada da matriz SWOT (FOFA) – Programa Nacional de Alimentação Escolar no IFMG-GV durante a pandemia

AMBIENTE EXTERNO		OPORTUNIDADES (+)				AMEAÇAS (-)				
		SUB TOTAL (média)		SUB TOTAL (média)		SUB TOTAL (média)		SUB TOTAL (média)		
Autonomia de gestão (administrativa e financeira)	2	2	2	8	2	1	2	0	5	
Pregão eletrônico (reitoria) centralizado	2	0	2	0	4	2	0	2	6	
Sistema online para manifestação de interesse nos kits	2	0	0	0	2	0	0	0	2	
Logística de entrega dos kits	2	0	0	0	2	1	0	2	5	
SUB TOTAL	8	2	4	2	16	5	1	6	18	
0										
FRAQUEZAS (-)										
Falta de interlocução com os fornecedores da agricultura familiar	2	2	0	2	6	0	2	2	6	
Devolução dos recursos destinados à agricultura familiar (2020 e 2021)	2	2	0	2	6	2	1	2	7	
Falta de infraestrutura física para atender o PNAE	2	0	0	1	3	0	0	0	2	
Falta de capacitação da comissão local	2	1	1	2	6	2	1	2	7	
SUB TOTAL	8	5	1	7	21	4	4	6	22	
0	-3	3	-5	1	-3	0	-2			
Total da pontuação dos quadrantes: 77										
Porcentagem do quadrante (Q)										
Q1		Q2								
2	Impacto muito significativo	21	23							
1	Impacto pouco significativo			Q3	Q4					
0	Indiferente	27	29							

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Quando se avaliam os fatores internos e externos individualmente constante no quadro 9, metade deles têm impactos positivos e metade têm impactos negativos. No entanto, quando se faz uma análise mais detalhada, considerando a ponderação dos impactos, os negativos tendem a ter um peso maior do que os impactos positivos.

Essa situação pode ser relevante para uma análise de risco, estratégia ou tomada de decisão. Isso significa que, embora haja um número igual de pontos fortes e fracos, bem como oportunidades e ameaças, os pontos fracos e as ameaças podem ser mais significativos ou ter um impacto mais intenso quando considerados em termos de gravidade ou probabilidade.

Diante disso, os planos estratégicos resultantes desta análise abrangem quatro categorias: estratégias ofensivas (usar as forças para aproveitar as oportunidades), estratégias de confronto (usar as forças para enfrentar as ameaças), estratégias de reforço (usar as oportunidades para superar as fraquezas) e estratégias defensivas (evitar ou reduzir os efeitos das ameaças sobre as fraquezas).

O quadro 10 apresenta algumas sugestões para cada uma das quatro categorias de planos estratégicos para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com medidas adequadas e adaptadas à realidade.

Quadro 10: Estratégias para a execução do PNAE no período pandêmico. (em processo de melhoria)

Estratégia Ofensiva: utilizar as forças para aproveitar as oportunidades (SO - Pontos Fortes-Oportunidades)

- Usar a autonomia na gestão para planejar e executar o orçamento de forma eficiente, destinando, inclusive, recursos próprios para investir na alimentação escolar, além do que é repassado pelo FNDE.
- Usar a autonomia na gestão financeira para priorizar o investimento de 100% dos recursos disponíveis para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, buscando a aproximação com esse setor produtivo, o que contribui para o desenvolvimento local.
- Aproveitar os pregões centralizados no IFMG-reitoria para negociar melhores preços e condições com os fornecedores, aproveitando a oportunidade criada pela Lei nº 13.987/2020 para compra dos kits de alimentos.
- Utilizar o sistema online para manifestações de interesse nos kits para identificar as demandas e preferências dos beneficiários, bem como para monitorar e avaliar a efetividade da ação.

Estratégia de Reforço: superar fraquezas para aproveitar oportunidades (WO - Fraquezas-Oportunidades)

- Promover a capacitação dos membros da comissão local poderia ter evitado a devolução dos recursos destinados à agricultura familiar, planejando e executando o orçamento de forma eficaz e responsável, cumprindo os prazos e as normas estabelecidas pelo FNDE.
- O estabelecimento de parcerias estratégicas por meio da aproximação com agricultores locais (oportunidade) poderia ter superado a falta de alimentos da agricultura familiar nos kits.
- Superar a falta de capacitação dos membros da comissão local potencializaria a oportunidade de uso de 100% dos recursos para AF.
- A melhoria da infraestrutura física para atender o PNAE poderia ter proporcionado um melhor acondicionamento dos kits de alimentos adquiridos por meio da lei nº 13.987/20.

Estratégia de confronto: aproveitar forças para lidar com ameaças (ST - Forças-Ameaças)

- Aproveitar a autonomia de gestão para incluir no planejamento orçamentário recursos próprios a fim de superar limitação dos recursos repassados pelo FNDE.

- Utilizar a autonomia na gestão administrativa e financeira para reduzir as ameaças resultantes das externalidades negativas da covid-19.
..... Continuação quadro 8
-

- Compra centralizada por meio de pregão eletrônico para superar a limitação de recursos repassados pelo PNAE, potencializado os recursos, e contribuindo para mitigação das externalidades negativas da covid-19.
 - Aproveitar a eficiência da logística de entrega dos kits para minimizar os impactos negativos da pandemia, como o aumento dos preços, a escassez de insumos, as dificuldades de transporte e a vulnerabilidade social dos estudantes.
-

Estratégia de defesa: eliminar as fraquezas para lidar com ameaças (WT - Fraquezas-Ameaças)

- A superação da ausência de alimentos da agricultura familiar nos kits contribuiria para mitigação das externalidades negativas da covid-19.
 - A inclusão do PNAE no planejamento orçamentário do campus contribuiria para a redução dos problemas da limitação do repasse de recursos do FNDE para o PNAE.
 - A inclusão do PNAE no planejamento orçamentário do campus contribuiria para a mitigação das externalidades negativas da covid-19.
 - Capacitar os membros da comissão local para enfrentar as limitações dos recursos repassados pelo FNDE. Essa estratégia contribuiria para o melhor uso dos recursos disponíveis.
 - Investir em infraestrutura (fraqueza) para que se possa diversificar a oferta de alimentos da agricultura familiar na chamada pública, levando em consideração a sazonalidade e buscando alternativas quando houvesse escassez de determinados produtos.
 - Capacitar os membros da comissão local para enfrentar a morosidade do processo licitatório com medidas da antecipação do planejamento de compras.
-

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da alimentação escolar durante os anos de 2020 e 2021 no IFMG - Campus Governador Valadares revelou importantes *insights* sobre os desafios enfrentados por uma política pública em um contexto de pandemia. Nesse período excepcional, as ações adotadas buscaram assegurar a soberania e segurança alimentar e nutricional dos estudantes, adaptando-se aos direcionamentos emergenciais.

A pandemia de covid-19, somada aos arranjos institucionais e às escolhas feitas localmente, marcou o início da oferta de alimentos aos estudantes do campus, que ocorreu através da entrega de kits de alimentos, com base na lei nº 13.897/20.

Nesse contexto, visando apoia os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de garantir a sua permanência na instituição, além dos kits de alimentos do PNAE, foi disponibilizado auxílios financeiros, cuja importância foi percebida por eles como significativa, principalmente para os que estavam em situação socioeconômica mais vulnerável, já que a crise sanitária causada pela covid-19 trouxe à tona diversas externalidades negativas, além de agravar os problemas preexistentes.

Já, especificamente, em relação aos impactos socioeconômicos da execução do PNAE no período pandêmico, o IFMG-GV adotou um modelo de entrega dos kits baseado na manifestação de interesse, o que otimizou os recursos limitados do Programa e permitiu atender em maior quantidade os que demonstraram interesse, resultando em um recorte socioeconômico, tendo em vista que houve uma tendência de associação entre renda familiar e interesse no kits, ou seja, quanto menor a renda, maior foi o interesse nos kits e quanto maior a renda, menor o interesse. Diante disso, foi possível supor que a execução do PNAE teve um impacto socioeconômico significativo para os estudantes.

Outra questão que corrobora com esse entendimento é que, ao serem perguntados sobre a importância do kit no período da pandemia, boa parte deles responderam que foi muito importante.

Contudo, os resultados demonstraram que o campus ainda possui muitos desafios que vão além das questões relacionadas à pandemia. A complexidade da gestão de programas em cenários desafiadores como a pandemia ressalta a necessidade de uma abordagem estratégica que leve em consideração tanto os fatores externos quanto os internos, e que busque aprimorar continuamente as capacidades internas para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades.

Os pontos fortes do programa tiveram um impacto contingencial durante a pandemia, isso reforça a necessidade de manter e fortalecer uma gestão permanente das capacidades internas. A análise dos pontos fracos revelou carências estruturais, tanto em termos de infraestrutura quanto de capacitação de pessoal. Nesse sentido, a formulação de estratégias deve incluir o objetivo de alcançar uma gestão permanente das capacidades internas do programa, o que significa não apenas identificar e fortalecer as forças, mas também corrigir as fraquezas de forma sistemática e contínua.

Quanto aos fatores externos, é necessário que as respostas aos eventos tenham a capacidade de minimizar as externalidades negativas e potencializar as positivas, usando as forças para aproveitar as oportunidades e, ao mesmo tempo, buscar eliminar as fraquezas para não ficar vulnerável diante das ameaças.

Portanto, é essencial que os gestores, a Comissão Local e a comunidade acadêmica busquem o desenvolvimento de políticas internas específicas para a alimentação escolar, além de promover a conscientização sobre a importância do PNAE, pois essa lacuna de falta de conhecimento pode levar a uma percepção equivocada de subvalorização da alimentação escolar, prejudicando a participação dos estudantes e sua compreensão dos benefícios

nutricionais e educacionais proporcionados pelo PNAE.

Assim, a instituição não apenas atenderá suas obrigações legais, mas também fomentará o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes, pois uma alimentação adequada e saudável tem um papel fundamental no crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizado, desempenho acadêmico e na formação de hábitos alimentares saudáveis. Além de combater a fome e a má nutrição, ajuda na prevenção de problemas ligados às práticas alimentares inadequadas como é o caso da obesidade. Logo, investir na qualidade da alimentação escolar é investir no futuro dos estudantes.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- BARAKAT, S. R. et al. **Legitimidade: uma análise da evolução do conceito na teoria dos stakeholders.** Ciências da Administração, v. 18, n. 44, p. 66–80, 2016.
- BEIGUELMAN, B. 1996. **Curso de Bioestatística Básica.** 4ed. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).** Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/PNAE/PNAE-sobre-o-programa/PNAE-historico>>. Acesso em: 12 fev. 2021
- BRASIL. **lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 24 de janeiro 2021
- BRASIL. **lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos estudantes da educação básica. Acesso em 24 de janeiro 2021
- BRASIL. **lei nº 13.897, de 07 de abril de 2020.** Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Acesso em 27 de setembro 2021
- BRASIL. **lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 de janeiro 2021
- BRASIL. **Senado Federal.** Fome é um problema estrutural no País. **Brasília, DF: Senado Federal, 2022.** Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/mm2032/fome-e-um-problema-estrutural-no-pais/>
- CAPRA e LUISI, A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas/ Fritjof Capra, Pier Luigi Luisi; tradução Mayra Teruya Eichemberg Newton Roberval Eichemberg. – São Paulo: Cultrix, (página 96).
- CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: Uma história da alimentação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 - 7^a Reimpressão.
- CARVALHO, D. G. & CASTRO, V. M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável - Políticas Públicas e Instrumentos de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável.** Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. V.20, n. 2, p. 1 – 20, 2009.
- CASTRO J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** 10.ed. Rio de Janeiro: Antares; 1980.
- CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. **Políticas públicas e desenvolvimento.** In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas.** Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 3^a ed. S. Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.** 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico fundamentos e aplicações.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004. 413 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 12^a ED. 2017.

DORIA, Natália e Marques, Paulo Eduardo. Alimentação escolar no Brasil. NEXO JORNAL LTDA, 12 Jul 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-no-Brasil>

FAMÍLIAS E FILHOS NO BRASIL. familias-e-filhos-no-brasil.pdf (www.gov.br)

FERNANDO A. P. Gimenez; Cleufe Pelisson; Eugênio G. S. Krüger; Paulo Hayashi Jr. - **Estratégia em pequenas empresas: uma aplicação do modelo de miles e snow** (SciELO - Brasil - Estratégia em pequenas empresas: uma aplicação do modelo de miles e snow Estratégia em pequenas empresas: uma aplicação do modelo de miles e snow)

FERRELL, O. C.; Hartline, M. D. **Estratégica de Marketing.** Tradução: All Tasks; Marleine Cohen. 4 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

FRIZON, J. D. **Hábitos alimentares e Qualidade de Vida: Uma Discussão Sobre a Alimentação Escolar.** I Simpósio nacional de Educação, XX Semana de pedagogia. Unioeste - Cascavel: 2008, 15 P.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

IOSCHPE, GUSTAVO. **A ignorância custa o mundo: o valor da educação no desenvolvimento do Brasil /** 2a ed. – Rio de Janeiro : Editora Objetiva, 2016.

JAIME, Patrícia Constante. **Políticas públicas de alimentação e nutrição.** . Rio de Janeiro: Atheneu. . Acesso em: 07 set. 2022. , 2019

LÉVY, A. *Ciências Clínicas e Organizações Sociais*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dados.** 7 ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Regis de Freitas; TURRIONI, João Batista. **Análise de Swot e balanced scorecard: uma abordagem sistemática e holística para formulação da estratégia.** In ENEGEP, XXII, 2002, Curitiba-PR. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2002_tr72_0720.pdf. Acesso em: 21 jan. 2023.

MEADOWS, Donella H. **Pensando em sistemas;** tradução Paulo Afonso. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

NOTA TÉCNICA CGU, março de 2021. disponível em : <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-repasses-financeiros>

NUNES, P. Análise *SWOT. Dicionário de Gestão.* Disponível em: http://www.notapositiva.com/dicionario_gestao/analise_Swot.htm Acesso em: 08/02/2023.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas.** 28. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Rev. Fae, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, maio/agosto 2002.

PÓVOA, Helion. **Nutrição cerebral/** Helion Póvoa, colaboração de Luciana Ayer e Juarez Callegaro. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

RAMOS, Carlos Alberto. **Introdução à Economia da Educação.** Rio de Janeiro, RJ : Alta Books, 2015.

Resende, Fernando. Anna Peliano: Uma batalha incansável contra a fome, a pobreza e a desigualdade social. Brasília. Ipea, 2022.

CD/FNDE – Conselho Deliberativo do Fundo Nacional e desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação – Resolução/CD/FNDE nº 38/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

CD/FNDE – Conselho Deliberativo do Fundo Nacional e desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação – Resolução/CD/FNDE nº 67/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

CD/FNDE – Conselho Deliberativo do Fundo Nacional e desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação – Resolução/CD/FNDE nº 26/2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

CD/FNDE – Conselho Deliberativo do Fundo Nacional e desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação – Resolução/CD/FNDE nº 01/2017. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

CD/FNDE – Conselho Deliberativo do Fundo Nacional e desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação – Resolução/CD/FNDE nº 02/2023. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

SANDEL, Michael J. **Justiça – o que é fazer a coisa certa.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, c2014

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1988.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo.** In: _____. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIRICK, Maicon. **Governo recria o Programa de Aquisição de Alimentos.** Revista POLI - Saúde, educação e trabalho, Rio de Janeiro, Ano XV, nº90. p, 3 - Jul/Ago, 2023.

VILELA, Kátia de Fátima. **Dinâmica Relacional da Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais Brasileiros.** 2020. 279 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2020. Disponível em <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/27694>.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. UFSC,2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/dBtStfvTzwqWjvqQgSL5zqd/#>

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

7 APÊNDICE

Apêndice A – Questionário para estudantes



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRICOLA

Projeto de pesquisa: Alimentação escolar: política pública e a pandemia de covid-19 no contexto de Governador Valadares.

Pesquisadora: Dairde Rocha dos Santos – (33) 9 8829-0799 – UFRRJ

Orientador: Doutor Antônio Carlos De Souza Abboud – Professor da UFRRJ

Observação: As respostas dos questionários serão utilizadas para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa para o mestrado em Educação Agrícola da UFRRJ e são confidenciais.

SEÇÃO I – PERFIL DO ESTUDANTE

Nome do estudante:

Gênero: () feminino () masculino () LGBTQIA+ () Não desejo declarar () Outro

Cor/Raça: () Branco () Pardo () Preto () Indígena

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

E-mail:

Telefone: () _____

Escolaridade: () Ensino Fundamental – Turma: _____ ano

() Ensino Médio – Turma: _____ ano

() Pré-escola – Turma: _____

Período: () integral () parcial

SEÇÃO II- ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

01) Você sabia que a alimentação escolar é uma política pública nacional para todos os estudantes do ensino básico de escola pública, estabelecida através de uma lei, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?

() Sim () Não

02) Antes de estudar no IFMG-GV, você já teve acesso a merenda escolar ofertada pelo PNAE?

() Sim () Não

03) Você costuma comer os lanches do PNAE ofertados pelo *Campus* (merenda escolar)?

() Sim () Não

04) Caso tenha respondido sim para pergunta anterior, como você avalia a quantidade dos alimentos ofertados?

- () suficiente
- () insuficiente
- () Poderia melhorar
- () Não me tenho interesse

05) Você sabe o que são alimentos ultraprocessados?

- () Sim () Não

06) Como você considera que os alimentos ofertados pelo Campus?

- () São saudáveis
- () São ultraprocessados
- () São ofertados alimentos ultraprocessados e saudáveis
- () Não sei

07) Já teve, na sua escola, alguma aula/atividade, sobre alimentação saudável?

- () Sim () Não

08) Qual é a origem do alimento que você consome quando está no Campus?

- () Cantina do Campus (recursos próprios)
- () Cantina do Campus (recursos recebido da assistência estudantil)
- () Trazido de casa
- () Não merendo na Escola
- () Lanche ofertado pelo Campus

09) Uma alimentação saudável de qualidade e na quantidade suficiente contribui para o desempenho escolar. Como você considera a sua alimentação?

- () suficiente
- () insuficiente
- () Poderia melhorar

10) Caso você recebido algum auxílio estudantil, para qual fim você o destina na maior parte?

- | | |
|-----------------|--|
| () Alimentação | () Entrego a meus pais para complementar a renda familiar |
| () Transporte | () Outros gastos |
| () Moradia | |

11) Durante a pandemia, você recebeu algum apoio assistencial do IFMG-GV?

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------|
| () Sim. Auxílio digital | () Todos os anteriores |
| () Sim. Auxílio estudantil | () Não tive conhecimento |
| () Sim. Kit de alimentos do PNAE | () Não houve necessidade |

12) Como você avalia os kits de alimentos do PNAE distribuídos pelo IMG-GV?

- () suficiente
- () insuficiente
- () Não tive interesse

13) A distribuição do kit de alimentação do PNAE feita pelo IFMG-GV no período da pandemia foi importante para você e sua família.

- () Sim, muito importante
() Não manifestei interesse
() Manifestei interesse, mas doe para pessoas mais necessitadas

14) Quantas vezes você recebeu a cesta? 01 a 15

15) Qual a sua renda mensal da família (soma de todos os rendimentos - formais e informais -, de todos os membros do grupo familiar)

- () Até 1 salário mínimo () Entre 3 e 5 salários mínimos
() Entre 1 e 2 salários mínimos () Entre 5 e 8 salários mínimos
() Entre 2 e 3 salários mínimos () Acima de 8 salários mínimos

16) Qual o número de pessoas que moram com você: _____

17) Quanto à sua residência ela é:

- () própria () própria (financiada) () alugada () Favor

18) Você sabe qual é o gasto mensal com alimentação na sua casa:

- () Até R\$350,00 () R\$ 1501,00 a R\$2001,00
() De R\$351,00 a R\$700,00 () Acima de R\$2001,00
() R\$701,00 a R\$1.500,00

19) Você ou alguém da sua família recebeu auxílio emergencial? () Sim () Não

20) Em poucas palavras, responda as seguintes perguntas:

- a) Qual foi a importância do kit de alimentação disponibilizado no período da pandemia?
b) Qual a importância das políticas de assistência ao estudante no período da pandemia?

Apêndice B – Roteiro de entrevista – Gestores do *Campus* Governador Valadares



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Projeto de pesquisa: Alimentação escolar: política pública e a pandemia de covid-19 no contexto de Governador Valadares.

Pesquisadora: Dairde Rocha dos Santos – (33) 9 8829-0799 – UFRRJ

Orientador: Doutor Antônio Carlos De Souza Abboud – Professor da UFRRJ

Observação: As respostas das entrevistas serão utilizadas para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa para o mestrado em Educação Agrícola da UFRRJ.

SEÇÃO I - IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Nome:

Instituição:

Período de atuação no Cargo de Diretor:

SEÇÃO II – SOBRE A INSTITUIÇÃO

1. Como é a gestão educacional no tange às assistências aos estudantes e à alimentação?
 2. Como é a gestão dos recursos da assistência aos estudantes e da alimentação escolar?
 2. Você já teve alguma experiência com alimentação escolar? Se sim, relate.
 3. Qual é a sua percepção sobre a política pública PNAE? Como você avalia o desempenho dessa instituição?
 4. Quais são os principais desafios encontrados pela instituição para a execução do orçamento do PNAE?
 5. A instituição já ofereceu algum tipo de capacitação e assessoria para os implementadores do PNAE? Se sim, que tipo de capacitação e, ou, assessoria, e com que periodicidade acontece?
 6. Como se dá a descentralização dos recursos do programa do PNAE?
 7. Qual foi o orçamento anual da alimentação escolar nos anos de 2019 a 2021?
 8. Em algum desses anos houve devolução dos recursos repassados para alimentação escolar? Se sim, quais as estratégias que foram adotadas para evitar isso?
 9. Nesta instituição existe o Conselho de Alimentação Escolar (CAE)? Se sim, como é o relacionamento com esse conselho?
 10. Além da oferta da alimentação saudável conforme diretrizes do PNAE, há alguma ação que promova a conscientização para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis? Se sim, relate.
- Quais ações estratégicas que a instituição executou para mitigar as externalidades negativas da pandemia para os estudantes?

Apêndice C – Roteiro de entrevista – Comissão Local do PNAE



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRICOLA

Projeto de pesquisa: Alimentação escolar: política pública e a pandemia de covid-19 no contexto de Governador Valadares.

Pesquisadora: Dairde Rocha dos Santos – (33) 9 8829-0799 – UFRRJ

Orientador: Doutor Antônio Carlos De Souza Abboud – Professor da UFRRJ

Observação: As respostas das entrevistas serão utilizadas para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa para o mestrado em Educação Agrícola da UFRRJ.

1. Quando teve início a execução do PNAE no *Campus* Governador Valadares? Qua
2. Como ocorre o planejamento nutricional da alimentação escolar?
3. A instituição adquire alimentos da agricultura familiar? Se sim, como é a relação com esses fornecedores e quantos são?
4. Existem receios de o agricultor familiar não cumprir os prazos estabelecidos? Se sim, já ocorreu esse incidente? Que providências a instituição adotou?
5. A instituição conhece a realidade da agricultura familiar local? Estrutura social, organização, estrutura produtiva logística e outros?
6. Quais fatores dificultam ou facilitam a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar?
7. Quando foram as estratégias institucionais adotas para executar o PNAE na pandemia diante da alteração da Lei nº. 11.947/09, por meio da lei 13897/20, que autorizou a distribuição de kits de alimentos para os pais ou responsáveis dos estudantes? Houve necessidade de publicação de uma nova licitação ou chamada pública para compra dos kits de alimentação?
8. Houve aumento dos recursos recebidos e gastos para a compra dos kits de alimentação em relação ao utilizado na compra dos alimentos ofertados na instituição? Se sim, qual foi o valor?
9. Quais alimentos compunham o kit de alimentos distribuídos na pandemia? E qual o valor gasto em cada kit?
10. Quantos kits foram distribuídos?
11. Quantos estudantes foram beneficiados?
12. Para retirar o kit de alimentos do PNAE, os estudantes precisavam estar presentes nas aulas?
13. Como ocorreu a logística de entrega dos kits de alimentos aos pais ou responsáveis? Co
14. O kit de alimentação continha produtos da agricultura familiar? Se sim, qual era a logística de recebimento e armazenamento desses alimentos?

Apêndice D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do projeto intitulado: **Alimentação Escolar: Política Pública e a pandemia de COVID-19 do IFMG – Campus Governador Valadares.** A pesquisa em questão tem como objetivo compreender como a alimentação escolar foi afetada pela pandemia do COVID-19 nos anos de 2020 e 2021 no IFMG- Campus Governador Valadares e será realizada por mim, Dairde Rocha dos Santos, discente do programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação Agrícola, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos De Souza Abboud, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada na BR-465, Km 7 Seropédica-Rio de Janeiro, CEP: 23.897-000.

Você responderá um questionário online que contém 20 (vinte) perguntas diretamente ligadas ao tema, e levará em média 10 minutos para ser respondido. A participação nesta pesquisa será de caráter voluntário e você receberá todos os esclarecimentos necessários para sua participação. Será assegurado seu anonimato não sendo necessária a sua identificação pessoal. Mesmo desidentificados os participantes, somente terão acesso aos dados o orientador e a pesquisadora para o específico fim desta pesquisa e, caso necessário, para a análise dos dados, os mesmos serão identificados com letras aleatórias do alfabeto brasileiro sem fazer qualquer menção ao seu nome.

Os possíveis riscos advindos da sua participação nesta pesquisa são mínimos e dizem respeito ao tempo e ao cansaço, os quais serão minimizados pela escolha do melhor dia, horário para ser respondido, dentro do prazo estabelecido. A pesquisa está pautada na liberdade e autonomia, resguardado o direito de decidir pela sua participação ou não sem qualquer dano ou prejuízo. Não haverá nenhum custo aos participantes, portanto não haverá ressarcimento de qualquer natureza, reservado o direto à indenização por dano decorrente da pesquisa, nos termos do art. 18 da resolução 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Adotados todos os cuidados citados, caso ocorra alguma situação anormal decorrente da sua participação nesta pesquisa, você receberá toda assistência possível, conforme dispositivos legais vigentes no Brasil. A qualquer momento você poderá abandonar a pesquisa sem qualquer penalidade ou constrangimento.

Ao participar desta pesquisa você estará contribuindo para a construção de conhecimento sobre a temática no sentido de melhorar o funcionamento dos programas voltados para a alimentação escolar, um importante instrumento para a conscientização dos hábitos alimentares saudáveis que é essencial, dentre outras coisas, para o desenvolvimento acadêmico.

Os resultados desta pesquisa serão devolvidos aos participantes por meio da divulgação e do envio da dissertação por meio eletrônico e através de eventos ou publicações científicas.

Este Termo de consentimento é um importante documento no qual constam os contatos do currículo lattes, e-mail e telefone da pesquisadora e do orientador. Você poderá

entrar em contato a qualquer momento para sanar dúvidas ou questionamentos decorrentes desta pesquisa. Os dados coletados ficarão sob responsabilidade da pesquisadora e serão arquivados por um período de 05 anos na residência da pesquisadora, localizada na rua Copenhague, 118, no bairro Grã-duquesa na cidade de Governador Valadares estado de Minas Gerais, Cep: 35057130. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética, que aprovou a realização da pesquisa.

Ao assinar este documento, você declara que compreendeu tudo o que foi informado sobre a sua participação no mencionado projeto, dando assim o seu consentimento.

Eu concordo em participar deste estudo estando totalmente esclarecido(a) dos objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa, uma vez que tive em mãos este documento e a oportunidade de lê-lo antes de assinar. Declaro que minha participação é de livre e espontânea vontade, ou seja, não fui pressionado (a) por ninguém para participar desta pesquisa. Tenho a liberdade para continuar ou recusar, em qualquer momento, a minha participação sem prejuízos ou penalidades.

Assinatura do

Participante: _____

E-mail do participante:

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Eu, Dairde Rocha dos Santos Costa, declaro que forneci, de forma apropriada, todas as informações referentes à pesquisa.

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Assinatura da Pesquisadora

CONTATOS

Pesquisadora: Dairde Rocha dos Santos

E-mail: dairde.rocha@ifmg.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0229799054638019>

Telefone: (33) 98829-0799

Orientador: Prof. Doutor Antônio Carlos De Souza Abboud

E-mail: abboud.acs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7139999082801561>

Telefone: (33) 98829-0799

Apêndice E - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ANEXO III

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) PARTICIPANTE MENOR DE IDADE

Seu (sua) filho(a) _____ está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa a que tem como título: **Alimentação Escolar: Política Pública e a pandemia de COVID-19 no contexto do IFMG-Campus Governador Valadares.** A pesquisa em questão tem como objetivo analisar como a alimentação escolar foi afetada pela pandemia do COVID-19 nos anos de 2020 e 2021 no IFMG- Campus Governador Valadares e será realizada por mim, Dairde Rocha dos Santos, discente do programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação Agrícola, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos De Souza Abboud, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada na BR-465, Km 7 Seropédica-Rio de Janeiro, CEP: 23.897-000.

Ele responderá um questionário que contém 20 (vinte) perguntas diretamente ligadas ao tema, e levará em média 10 minutos para que seja respondido. A participação nesta pesquisa será de caráter voluntário e ele receberá todos os esclarecimentos necessários para sua participação. Será assegurado seu anonimato não sendo necessária sua identificação pessoal. Mesmo desidentificados os participantes, somente terão acesso aos dados o orientador e pesquisadora para o específico fim desta pesquisa e, caso necessário, para a análise dos dados, os mesmos serão identificados com letras aleatórias do alfabeto brasileiro sem fazer qualquer menção do nome do participante.

Os possíveis riscos advindos da sua participação nesta pesquisa são mínimos e dizem respeito ao tempo e ao cansaço, os quais serão minimizados pela escolha do melhor dia, horário para ser respondido, dentro do prazo estabelecido. A pesquisa está pautada na liberdade e autonomia, resguardado o direito de decidir pela participação ou não dele (a) a qualquer momento sem dano ou prejuízo algum. Não haverá nenhum custo aos participantes, portanto não haverá resarcimento de qualquer natureza, reservado o direto à indenização por dano decorrente da pesquisa, nos termos do art. 18 da resolução 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Adotados todos os cuidados citados, caso ocorra alguma situação anormal decorrente da participação dele (a) nesta pesquisa, ele(a) receberá toda assistência possível, conforme dispositivos legais vigentes no Brasil. A qualquer momento ele (a) poderá retirar o consentimento relacionado a pesquisa sem qualquer penalidade ou constrangimento.

A participação dele (a) nesta pesquisa contribuirá para a construção de conhecimento sobre a temática no sentido de melhorar o funcionamento dos programas voltados para a alimentação escolar, um importante instrumento para a conscientização dos hábitos alimentares saudáveis que é essencial, dentre outras coisas, para o desenvolvimento acadêmico.

Os resultados desta pesquisa serão devolvidos aos participantes por meio da divulgação e do envio da dissertação por meio eletrônico e através de eventos ou publicações científicas.

Este Termo de consentimento é um importante documento no qual constam os contatos do currículo lattes, e-mail e telefone da pesquisadora e do orientador. Você poderá entrar em contato a qualquer momento para sanar dúvidas ou fazer questionamentos decorrentes desta pesquisa. Os dados coletados ficarão sob responsabilidade da pesquisadora e serão arquivados por um período de 05 anos na residência da pesquisadora, localizada na rua Copenhague, 118, no bairro Grã-duquesa na cidade de Governador Valadares estado de Minas Gerais, Cep: 35057130.

ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, autorizo a participação do (a) meu (minha) filho (a) _____ (nome do (a) adolescente), estudante do IFMG *campus* Governador Valadares na pesquisa e declaro que fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável legal pelo Participante da Pesquisa

Eu, Dairde Rocha dos Santos, declaro que forneci, de forma apropriada, todas as informações referentes à pesquisa ao responsável por participante.

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Assinatura da Pesquisadora

CONTATOS

Pesquisadora: Dairde Rocha dos Santos

E-mail: dairde.rocha@ifmg.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0229799054638019>

Telefone: (33) 98829-0799

Orientador: Prof. Doutor Antônio Carlos De Souza Abboud

E-mail: abboud.acs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7139999082801561>

Telefone: (33) 98829-0799

Apêndice F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ANEXO IV

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do projeto intitulado: **Alimentação Escolar: Política Pública e a pandemia de COVID-19 do IFMG – Campus Governador Valadares.** A pesquisa em questão tem como objetivo analisar como a alimentação escolar foi afetada pela pandemia do COVID-19 nos anos de 2020 e 2021 no IFMG- *Campus* Governador Valadares e será realizada por mim, Dairde Rocha dos Santos, discente do programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação Agrícola, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos De Souza Abboud, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada na BR-465, Km 7 Seropédica-Rio de Janeiro, CEP: 23.897-000.

Sua participação na pesquisa consistirá na concessão de uma entrevista contendo 12 perguntas ligadas ao tema. Ela será gravada e posteriormente transcrita e o tempo médio será de 30 minutos, podendo estender de acordo com suas respostas. Sua participação nesta pesquisa será de caráter voluntário e você receberá todos os esclarecimentos necessários para sua participação. Os dados serão tratados somente pelo orientador e pela pesquisadora para o fim específico fim desta pesquisa e, caso necessário, para a análise dos dados, os mesmos serão identificados com letras aleatórias do alfabeto brasileiro. Os possíveis riscos advindos da sua participação nesta pesquisa são mínimos e dizem respeito ao tempo e ao cansaço, os quais serão minimizados pela escolha do dia e horário mais conveniente para os participantes em local reservado. Não haverá nenhum custo aos participantes, portanto não haverá ressarcimento de qualquer natureza, reservado o direto à indenização por dano decorrente da pesquisa, nos termos do art. 18 da resolução 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Adotados todos os cuidados citados, caso ocorra alguma situação anormal decorrente da sua participação nesta pesquisa, você receberá toda assistência possível, conforme dispositivos legais vigentes no Brasil. A qualquer momento você poderá abandonar a pesquisa sem qualquer penalidade ou constrangimento.

Ao participar desta pesquisa você estará contribuindo para a construção do conhecimento sobre a temática no sentido de melhorar o funcionamento dos programas voltados para a alimentação escolar, além de ser um importante instrumento na conscientização dos hábitos alimentares saudáveis que é essencial, dentre outras coisas, para o desenvolvimento acadêmico.

Os resultados desta pesquisa serão devolvidos aos participantes por meio de divulgação e do envio da dissertação por meio eletrônico e através de eventos ou publicações científicas.

Este Termo de consentimento é um importante documento no qual constam os contatos do currículo lattes, e-mail e telefone da pesquisadora e do orientador. Você poderá

entrar em contato a qualquer momento para sanar dúvidas ou questionamentos decorrentes desta pesquisa. Os dados coletados ficarão sob responsabilidade da pesquisadora e serão arquivados por um período de 05 anos na residência da pesquisadora, localizada na rua Copenhague, 118, no bairro Grã-duquesa na cidade de Governador Valadares estado de Minas Gerais, Cep: 35057130. Após este período todo material será eliminado. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética, que aprovou a realização da pesquisa.

Ao assinar este documento, você declara que compreendeu tudo o que foi informado sobre a sua participação no mencionado projeto, dando assim o seu consentimento.

Eu concordo em participar deste estudo estando totalmente esclarecido(a) dos objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa, uma vez que tive em mãos este documento e a oportunidade de lê-lo antes de assinar. Declaro que minha participação é de livre e espontânea vontade, ou seja, não fui pressionado (a) por ninguém para participar desta pesquisa. Tenho a liberdade para continuar ou recusar, em qualquer momento, a minha participação sem prejuízos ou penalidades.

Assinatura do
Participante: _____

Governador Valadares, _____ de _____ de 2022.

Eu, Dairde Rocha dos Santos Costa, declaro que forneci, de forma apropriada, todas as informações referentes à pesquisa.

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Assinatura da Pesquisadora

CONTATOS

Pesquisadora: Dairde Rocha dos Santos

E-mail: dairde.rocha@ifmg.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0229799054638019>

Telefone: (33) 98829-0799

Orientador: Prof. Doutor Antônio Carlos De Souza Abboud

E-mail: abboud.acs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7139999082801561>

Telefone: (33) 98829-0799

Apêndice G - Solicitação de autorização para pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRICOLA

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, Dairde Rocha dos Santos, venho solicitar autorização para realização de pesquisa para fins de coleta de dados para Dissertação de Mestrado sob o título: **Alimentação Escolar: Política Pública e a pandemia de COVID-19 no contexto de Governador Valadares**. A pesquisa tem como objetivo verificar como a alimentação escolar foi afetada pela pandemia da COVID-19 em três escolas de Governador Valadares.

A coleta de dados se dará por meio de análise de documentos e aplicação de questionários. Utilizaremos de pesquisa documental, através de dados do setor de registro acadêmico e dos dados da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aplicação de questionário e realização de entrevista.

Ao mesmo tempo pedimos autorização para que os setores financeiro, de registro escolar e de assistência estudantil possam fornecer os dados para a pesquisa. Além disso, pedimos autorização para que o nome e a imagem desta instituição possam constar na dissertação desse mestrado, bem como em futuras publicações na forma de artigo específico.

Ressaltamos que os dados coletados serão tratados de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12, que versa sobre a pesquisa envolvendo seres humanos.

Esclarecemos que os dados coletados serão utilizados exclusivamente para a pesquisa, sendo que os nomes e informações individuais dos sujeitos da pesquisa não serão divulgados.

Esta pesquisa tem como orientador o Professor Dr. Antônio Carlos de Souza Abboud, docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Contando com a autorização desta instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Assinatura da Discente Pesquisadora

Autorizo a realização da pesquisa em: _____ / _____ / _____

Assinatura e Carimbo da Instituição

Local, _____, _____ de _____ de 2022.

CONTATOS

Pesquisadora: Dairde Rocha dos Santos

E-mail: dairde.rocha@ifmg.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0229799054638019>

Telefone: (33) 98829-0799

Orientador: Prof. Doutor Antônio Carlos De Souza Abboud

E-mail: abboud.acs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7139999082801561>

Telefone: (33) 98829-0799

Apêndice H - Solicitação de autorização para pesquisa

Tabela 6- Atribuições da Comissão Local do PNAE

Realizar a articulação com os atores envolvidos no processo de compra da Agricultura Familiar;
Realização de levantamento de mercado e preços;
Gerir valores de venda por fornecedor.
Elaborar cardápio, a lista de produtos e o calendário de entrega;
Elaborar o projeto básico com as especificações e condições do processo de compra;
Elaboração e publicação do Edital da Chamada Pública;
Recebimento, julgamento e seleção das propostas de venda;
Convocação para assinatura do contrato de fornecimento;
Organizar processos de recebimento da mercadoria;
Organizar a logística de distribuição dos alimentos para os estudantes;
Recebimento de amostra para o controle da qualidade;
Organizar ações de valorização e divulgação da agricultura familiar na comunidade escolar;
Fiscalização do contrato;
Fomentar projetos de extensão entre a comunidade acadêmica;
Organizar cursos voltados para agricultura familiar e PNAE.

Fonte: Portaria nº 35 DE 22 DE fevereiro de 2019 do IFMG

Apêndice I – Tabela de teste qui-quadrado

Graus de liberdade	Valores de χ^2											
	Probabilidades											
	0.95	0.90	0.80	0.70	0.50	0.30	0.20	0.10	0.05	0.01	0.001	
1	0.004	0.02	0.06	0.15	0.46	1.07	1.64	2.71	3.84	6.64	10.83	
2	0.10	0.21	0.45	0.71	1.39	2.41	3.22	4.60	5.99	9.21	13.82	
3	0.35	0.58	1.01	1.42	2.37	3.66	4.64	6.25	7.82	11.34	16.27	
4	0.71	1.06	1.65	2.20	3.36	4.88	5.99	7.78	9.49	13.28	18.47	
5	1.14	1.61	2.34	3.00	4.35	6.06	7.29	9.24	11.07	15.09	20.52	
6	1.63	2.20	3.07	3.83	5.35	7.23	8.56	10.64	12.59	16.81	22.46	
7	2.17	2.83	3.82	4.67	6.35	8.38	9.80	12.02	14.07	18.48	24.32	
8	2.73	3.49	4.59	5.53	7.34	9.52	11.03	13.36	15.51	20.09	26.12	
9	3.32	4.17	5.38	6.39	8.34	10.66	12.24	14.68	16.92	21.67	27.88	
10	3.94	4.86	6.18	7.27	9.34	11.78	13.44	15.99	18.31	23.21	29.59	
	Não significativo										Significativo	

Apêndice J – Resposta dos estudantes ao questionário

(133 respondentes)		
SEXO	Contagem	Percentual de respostas (%)
F	72	100
M	61	
Total	133	
COR	Contagem	Percentual de respostas (%)
Branca	53	100
Não informar	7	
Parda	60	
Preta	13	
Total	133	
CURSO/ TURMA	Contagem	Percentual de respostas (%)
2º TED	22	100
2º TMA	32	
2º TST	1	
3º TED	28	
3º TMA	21	
3º TST	29	
Total	133	
01) Você sabia que a alimentação escolar é uma política pública nacional para todos os estudantes do ensino básico de escola pública, estabelecida através de uma lei, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Não	39	100
Sim	94	
Total	133	
02) Antes de estudar no IFMG-GV, você já teve acesso a merenda escolar ofertada pelo PNAE?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Não	62	100
Sim	71	
Total	133	
03) Você costuma comer os lanches do PNAE ofertados pelo Campus (iogurtes e biscoitos)?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Não	29	100
Sim	104	
Total	133	
04) Caso tenha respondido sim para pergunta anterior, como você avalia a quantidade dos alimentos ofertados?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Insuficiente	6	86
Não tenho interesse	5	

Poderia melhorar	16	
Poderia melhorar	62	

.....Continuação do apêndice J

Suficiente	26	
Sem resposta	-	
Total	115	
05) Você sabe o que são alimentos ultra processados?	Contagem	Percentual de respostas (%)
NÃO	10	100
SIM	123	
Total	133	
06) Como você considera que os alimentos ofertados pelo Campus?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Não sei	20	100
Poderia melhorar	3	
São ofertados alimentos ultra processados e saudáveis	39	
São saudáveis	7	
São ultra processados	64	
Total	133	
07) Já teve, na sua escola, alguma aula/atividade, sobre alimentação saudável?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Não	90	98
Sim	41	
sem resposta	-	
Total	131	
08) Qual é a origem do alimento que você consome quando está no Campus?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Cantina do campus (recursos próprios)	41	99
Cantina do campus (recursos próprios), cantina do campus (recursos recebidos da assistência estudantil), trazidos de casa	1	
Cantina do campus (recursos próprios), cantina do campus (recursos recebidos da assistência estudantil), trazidos de casa, lanche ofertado pelo campus	1	
Cantina do campus (recursos próprios), cantina do campus (recursos recebidos da assistência estudantil), trazidos de casa, lanche ofertado pelo campus do PNAE	1	
Cantina do campus (recursos próprios), lanche ofertado pelo campus do PNAE	10	
Cantina do campus (recursos próprios), trazidos de casa	14	
Cantina do campus (recursos próprios), trazidos de casa, lanche ofertado pelo campus	2	
Cantina do campus (recursos próprios), trazidos de casa, lanche ofertado pelo campus do PNAE	22	
Cantina do campus (recursos recebidos da assistência estudantil)	2	
Cantina do campus (recursos recebidos da assistência	1	

estudantil), lanche ofertado pelo campus		
Cantina do campus (recursos recebidos da assistência estudantil), trazidos de casa, lanche ofertado pelo campus	2	

.....Continuação do apêndice J

Cantina do campus (recursos recebidos da assistência estudantil), trazidos de casa, lanche ofertado pelo campus do PNAE	4	
Lanche ofertado pelo campus	1	
Lanche ofertado pelo campus do PNAE	1	
Não merendo na escola	1	
Trazidos de casa	22	
Trazidos de casa, lanche ofertado pelo campus do PNAE	6	
Total	132	
09) uma alimentação saudável de qualidade e na quantidade suficiente contribui para o desempenho escolar. Como você considera a sua alimentação?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Insuficiente	12	
Poderia melhorar	74	
Suficiente	45	98
sem resposta	-	
Total	131	
10) Caso você recebido algum auxílio estudantil, para qual fim você o destina na maior parte?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Alimentação	18	
Alimentação, transporte	5	
Alimentação, transporte, entrego a meus pais para complementar a renda familiar	1	
Alimentação, transporte, moradia	4	
Alimentação, transporte, outros gastos	1	
Entrego a meus pais para complementar a renda familiar	5	42
Moradia	1	
Não recebi	6	
Outros gastos	6	
Transporte	9	
Sem resposta	-	
Total	56	
11) Durante a pandemia, você recebeu algum apoio assistencial do IFMG-GV?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Auxílio digital	3	100
Auxílio digital, bolsa	2	
Auxílio digital, bolsa, kit PNAE	5	
Auxílio digital, kit PNAE	6	
Bolsa	5	
Bolsa, kit PNAE	5	
Kit PNAE	30	
Não tive conhecimento	9	

Não tive conhecimento, não tive interesse/ necessidade	1	
Não tive interesse	1	
Não tive interesse/ necessidade	66	
Total	133	

.....Continuação do apêndice J

12) Como você avalia os kits de alimentos do PNAE distribuídos pelo IFMG-GV?	Contagem	Percentual de respostas (%)
Insuficiente	33	99
Não tive interesse	50	
Suficiente	49	
sem resposta	-	
Total	132	
13) A distribuição do kit de alimentação do PNAE feita pelo IFMG-GV no período da pandemia foi importante para você e sua família.	Contagem	Percentual de respostas (%)
Manifestei interesse e doe para outras pessoas	21	99
Não manifestei interesse	77	
Sim, muito importante	34	
sem resposta	-	
Total	132	
14) Quantas vezes você recebeu a cesta? 0 a 15	Contagem	Percentual de respostas (%)
0	74	98
1	3	
2	3	
3	5	
4	5	
5	4	
6	7	
8	5	
9	1	
10	7	
11	1	
12	3	
13	4	
14	1	
15	2	
não lembro	1	
não me lembro	1	
não me recordo	1	
Não recebi	1	
não sei	1	
SIM	1	
sem resposta	-	
Total	131	

Recebimento do kit (desdobramento da questão 14)	Contagem	Percentual de respostas (%)
NÃO	77	98
SIM	56	
Sem resposta	2	

.....Continuação do apêndice J

Total	131	
15) Qual a sua renda mensal da família considerando o salário mínimo R\$1.212,00.	Contagem	Percentual de respostas (%)
Acima de 5 salários mínimos	33	99
Até 1 salário mínimo	6	
Entre 1 a 2 salários mínimos	17	
Entre 2 a 3 salários mínimos	29	
Entre 3 a 5 salários mínimos	37	
Não sei informar	10	
sem resposta	-	
Total	132	
16) Qual o número de pessoas que moram com na sua casa, incluindo você.	Contagem	Percentual de respostas (%)
4	49	94
2	6	
5	32	
3	31	
6	7	
sem resposta	-	
Total	125	
17) Quanto à sua residência ela é:	Contagem	Percentual de respostas (%)
Alugada	28	99
Não sei informar	4	
Outra	6	
Própria (pais)	94	
sem resposta	-	
Total	132	
18) Você sabe qual é o gasto mensal com alimentação na sua casa:	Contagem	Percentual de respostas (%)
Acima de R\$2001,00	10	96
Até R\$350,00	1	
De R\$351,00 a R\$700,00	39	
Não sei informar	7	
R\$ 1501,00 a R\$2001,00	26	
R\$701,00 a R\$1.500,00	45	
sem resposta	-	
Total	128	
19) Você ou alguém da sua família recebeu auxílio	Contagem	Percentual de

emergencial?		respostas (%)
NÃO	75	92
SIM	48	
sem resposta	48	
Total	123	

Obs.: Onde consta "sem resposta" refere-se a estudantes que não responderam à questão por desconhecimento ou por não terem respondido SIM para alguma pergunta.

Apêndice K – Transcrição das respostas dos estudantes à pergunta aberta do questionário

Desidentificação dos estudantes (E)	Recebeu o KIT	20) Em poucas palavras, responda as seguintes perguntas: a) Qual foi a importância do kit de alimentação disponibilizado no período da pandemia? b) Qual a importância das políticas de assistência ao estudante (BOLSA PERMANÊNCIAS E AUXÍLIOS) no período da pandemia?
E1	SIM	A- Pra mim não foi tão importante, porém peguei é doe pra outra família, que pra eles foi bastante importante B- Não sei dizer
E2	SIM	a) O kit alimentação evitou um gasto maior com alimentação e destinou o gasto a outra coisa mais importante. b) o auxílio me ajudou a comprar o notebook e sem ele não conseguiria.
E3	NÃO	
E4	SIM	a) Fo importante para "despertar" os efeitos da crise econômica em minha família b) Foi de extrema importância para a permanência de muitos estudantes na escola, haja vista que muitos precisaram priorizar o trabalho à escola para complementar a renda familiar.
E5	SIM	a) Como minha mãe ficou desempregada na pandemia, foi de extrema importância o recebimento dos kits de alimentação. b) Não usufrui do benefício
E6	SIM	a) Foi importante, pois foi um auxílio necessário que vinha a complementar a alimentação de forma a deixá-la suficiente. b) Foi de suma importância porque mesmo sem vir ao Campus presencialmente, ainda demandava verbas a qual eu não tinha acesso, e não podia trabalhar tanto pelo "lockdown" tanto porque as aulas online ocupavam o mesmo tempo do que o horário "normal".
E7	SIM	a) Foi extremamente importante para minha família e outros parentes. b) Tive acesso a tecnologia para conseguir estudar e ajudar minha família.
E8	SIM	a) Muito importante porque durante a pandemia minha mãe estava desempregada. b) As políticas de assistência foram importantes pois trouxeram mais igualdade para um cenário visivelmente desigual.
E9	SIM	a) A importância do kit de alimentação no período da pandemia foi um auxílio que ajudou muito, por estar em um momento difícil e com mais gastos, devido ao fato de que ficamos mais tempo em casa e que as oportunidades de trabalho diminuíram muito. b) Uma ajuda que foi muito importante pelo fato de poder usar o valor para ajudar em casa.
E10	SIM	a) o kit de alimentos foi bastante importante para mim e minha

		família, ajudou bastante em casa, inclusive, sinto falta. b) Acredito ser de extrema importância para aqueles que necessitam.
--	--	--

.....Continuação do apêndice

H

E11	SIM	a) Muito boa. b) Ótimo, pois necessitava deles.
E12	SIM	a) Fundamental para complementação de alimentos em minha residência. b) De valor enorme.
E13	SIM	a) Ajudou com uma redução com os gastos mensais com alimentação. b) Ajudou pois com a política de assistência, diversas famílias com baixa renda com redução de gastos.
E14	SIM	a) Foi benéfico para redução dos gastos mensais com alimentação. b) É de extrema importância, principalmente para famílias de baixa renda, reduzindo gastos mensais.
E15	SIM	a) muito importante, pois ajudou a complementar a alimentação mensal da minha casa. b) muito importante também.
E16	SIM	a) muito importante. b) muito importante
E17	SIM	
E18	SIM	
E19	SIM	
E20	NÃO	
E21	NÃO	a) Não manifestei interesse no kit de alimentação. b) Muito importante, pois nem todos os estudantes tem as mesmas oportunidades e nem as mesmas condições financeiras para investir em estudos.
E22	NÃO	a) Não manifestei interesse. b) importante para ajudar as pessoas que possuem condições menos favoráveis.
E23	NÃO	a) Foi muito importante. Acredito que ajudou muitas famílias. Eu não peguei o kit. b) Muitas pessoas durante a pandemia perderam o emprego e não tinham muitas condições de comprar alimentos, pagar contas e outros materiais necessários básicos.
E24	NÃO	
E25	NÃO	a) Ajudou muitos estudantes que tiveram a renda familiar afetada pela pandemia. b) A pandemia foi um período de progressão para a desigualdade social, as políticas ajudou a reduzir esse impacto par aos estudantes de baixa renda.
E26	NÃO	a) Muito importante. b) Essencial.
E27	NÃO	a) Para mim e minha família não houve necessidade da disponibilização do kit de alimentação, porém tenho certeza que teve grande importância para diversas famílias nesse período difícil da pandemia. b) As políticas de assistência ao estudante sempre são necessárias, e na pandemia isso fica mais claro. Sem a assistência, com certeza haveria mais dificuldade por parte de muitas famílias afetadas.
E28	SIM	
E29	NÃO	
E30	NÃO	a) Com a pandemia muitos ficaram desempregados, então o kit

		alimentação ajudou muito. b) Bom, a importância desse auxílio é encorajar e apoiar os estudantes a não perder a esperança.
--	--	---

.....Continuação do apêndice H

E30	NÃO	a) Com a pandemia muitos ficaram desempregados, então o kit alimentação ajudou muito. b) Bom, a importância desse auxílio é encorajar e apoiar os estudantes a não perder a esperança.
E31	NÃO	a) Foi importante pois ajudou as pessoas mais necessitadas em um momento de crise. b) A importância das políticas de assistência ao estudante é que elas ajudam estudantes que possuem uma condição socioeconômica ruim.
E32	NÃO	a) Forneceu apoio aos estudantes mais fragilizados. b) Supriu as necessidades de diversos estudantes, ajudando na manutenção alimentar e de moradia de diversos estudantes.
E33	SIM	a) Foi muito importante para auxiliar em doações e complementar na alimentação dentro de casa. b) Acredito que conseguiu ajudar muitos estudantes a colocar comida em casa e comprar recursos para auxiliar nas aulas online.
E34	SIM	a) Eu não utilizei diretamente dos alimentos disponibilizados pelo kit de alimentação, mas a importância dele foi notável, principalmente para as que foram afetadas pelo desemprego nessa época. b) No mesmo sentido da última pergunta, a assistência serve para, geralmente ajudar com gastos básicos referentes aos estudos do estudante, proporcionando uma melhor qualidade de ensino.
E35	NÃO	a) Eu não usufrui do kit de alimentação ofertado, mas reconheço que foi muito importante durante o período de pandemia e que ajudou várias famílias que passaram dificuldades b) Eu não usufrui das políticas de assistência ao estudante, mas reconheço que foi muito importante durante o período da pandemia, uma vez que ajudou vários estudantes e suas famílias que passaram por algum tipo de dificuldade durante a pandemia.
E36	NÃO	a) Ele ajudou a manter a casa. b) São de grande importância principalmente para famílias mais necessitadas.
E37	NÃO	a) Ajudou muitas pessoas sem condições. b) Ajudou famílias carentes que estavam sofrendo as consequências da pandemia.
E38	SIM	a) Foi de suma importância, pois ajudou famílias em condições de necessidade. b) As políticas de assistência ao estudante no contexto pandêmico são essenciais, visto que o período conturbado mudou drasticamente o cotidiano de inúmeros estudantes.
E39	SIM	a) Foi importante para evitar gastos com grande parte da alimentação. b) Foram importantes para ajudar nas despesas.
E40	SIM	a) Foi importante para integrar na alimentação de casa. b) Ajudou bastante quem recebeu.
E41	SIM	a) Consegui ajudar outras pessoas doando o kit. b) Não tenho conhecimento.

E42	NÃO	a) Não recebi. b) Muito importante.
E43	SIM	a) Apesar de eu ter recebido os kits, todos os alimentos foram doados. b) Para os estudantes necessitados, as políticas de assistência ajudam muito.

.....Continuação do apêndice H

E44	NÃO	a) b) Garantir a alimentação.	Não recebi.
E45	NÃO	a) b) Não recebi.	Não recebi.
E46	SIM		
E47	NÃO	a) Para contribuir com famílias que não tinham condições financeiras. b) Para auxiliar estudantes que passaram por problemas nesse período.	
E48	NÃO	a) Doei para familiares necessitados b) Para auxiliar e acolher quem precisa de ajuda	
E49	NÃO	b) Não manifestei interesse nas políticas de assistência ao estudante durante o período da pandemia.	
E50	NÃO		
E51	NÃO	a) Suprir carência alimentar. b) Suprir carências sociais.	
E52	NÃO	a) b) Ajuda aqueles que precisam.	
E53	SIM		
E54	SIM	Importante para pessoa que não teve condições durante a pandemia.	
E55	NÃO	a) Da assistência a famílias que passam necessidades, principalmente em tempos de pandemia. b) Da assistência a estudantes que, infelizmente, não possuem as melhores condições de estudar no ensino remoto.	
E56	NÃO	a) Foi muito útil para muitas famílias que estavam precisando.	
E57	SIM	a) Foi bom ajudar ..., nós destinávamos algumas coisas para pessoas necessitadas. b) Não tive nenhuma assistência, então não sei falar nada sobre.	
E58	SIM		
E59	NÃO	a) O kit de alimentação é muito importante, pois durante a pandemia muitas famílias não tinham condições de se sustentar e dependiam apenas dessas ajudas. b) Essas políticas ajudam o estudante pois a alimentação também é importante para o desempenho nos estudos.	
E60	NÃO	a) Acho de extrema importância para a alimentação de quem precisa, visando também a saúde. b) De extrema importância para que todos pudessem ter acesso a educação de maneira adequada.	
E61	NÃO	a) Foi importante principalmente para os desempregados, famílias carentes e moradores de rua. b) É importante para os estudos.	
E62	NÃO	a) Não peguei o kit de alimentação. b) Foi muito importante para que os estudantes permanecessem com os estudos no instituto, foi um grande suporte.	

E63	NÃO	a) Não peguei o kit de alimentação b) Foi importante para que o estudante estivesse suporte para se manter no IFMG pelo contexto que se encontrava.
E64	SIM	
E65	SIM	a) Foi muito importante e ajudou muito.
E66	NÃO	a) Foi importante, todavia eu não recebi pois não precisei
E67	NÃO	

.....Continuação do apêndice H

E68	NÃO	a) Eu não recebi kits de alimentação do Campus pois não ouvi necessidade. b) Importante para diminuição da desistência escolar
E69	NÃO	
E70	NÃO	a) Ajudou pessoas que necessitavam naquele período b) Foi importante para quem não haviam rendas o suficiente para isso. Foi importante.
E71	NÃO	a) O kit de alimentação e os demais auxílios foram de extrema importância uma vez que, diversos estudantes, tiveram problemas com desemprego dos pais e passaram por necessidades. É importante ressaltar que muitos estudantes iam para a escola para se alimentar, da merenda que a escola oferta.
E72	NÃO	a) Importante para aqueles que manifestaram interesse, o que não foi o meu b) Fundamental para o desenvolvimento dos estudantes.
E73	NÃO	
E74	SIM	a) Foi importante pois ajudou minha família a se manter nesse período. b) O período da pandemia trouxe dificuldade para muitas pessoas, então acho que as políticas de assistência foram de suma importância para diversas pessoas.
E75	SIM	
E76	NÃO	a) Foi uma importância muito grande, porque, muitas famílias perderam empregos e com isso não conseguiu outras rendas para sustentar. Pode ter faltado até alguns alimentos e o kit oferecido no período da pandemia foi essencial. b) Muito importante e essencial para quem precisou.
E77	NÃO	
E78	SIM	
E79	NÃO	a) Não b) Não participei
E80	NÃO	Não utilizei desses recursos.
E81	NÃO	a) Importante para as famílias necessitadas, que não tinham a renda suficiente para acesso à alimentos. b) Melhor acesso à programas para estudantes que passam necessidade.
E82	NÃO	
E83	NÃO	a) Para o desenvolvimento correto dos discentes b) Ajudar o estudante
E84	NÃO	
E85	NÃO	
E86	SIM	a) Foi importante pois doeи para familiares que necessitavam

		b) Ajudou a comprar materiais necessários para estudar.
E87	NÃO	a) A pandemia inseriu crise econômica e o kit salvou famílias da fome b) Auxiliou em impedir um maior desenvolvimento de problemas psicológicos
E88	NÃO	a) Foi importante para as pessoas que precisavam dessa ajuda b) Por se um período conturbado, a assistência é de grande importância para ajudar quem precisa.
E89	SIM	a) Foi muito essencial, os alimentos estavam bem caros, ajudou bastante

.....Continuação do apêndice H

E90	SIM	a) Foi importante devido a garantia de alimentação dos estudantes b) Foi importante pois diversos estudantes necessitavam dele
E91	SIM	a) O kit de alimentação garantiu a muitos estudantes uma cesta básica durante um momento de dificuldade financeira para muitas famílias. b) As políticas foram importantes porque possibilitaram que muitos estudantes tivessem maior segurança financeira durante esse período.
E92	NÃO	a) Não utilizei b) Melhorar o desempenho e qualidade de estudo.
E93	NÃO	
E94	NÃO	a) Importante pois foi em um período em que muitas pessoas estavam sem trabalhar e dá um suporte, uma vez que ajuda a suprir uma necessidade básica. b) Muito importante para a integração dos estudantes mais necessitados durante esse período.
E95	SIM	a) Foi importante para suprir a necessidade daqueles necessitados b) Tem um importante papel no amparo aos estudantes para complementar e garantir o bem-estar destes durante o ensino a distância.
E96	SIM	a) Doação e suprir algumas coisas que não precisou comprar no supermercado. b) Foi importante para complementar e garantir o bem-estar do estudante para o ensino digital.
E97	NÃO	a) Auxiliar as pessoas que sofreram impactos financeiros durante a pandemia. b) Foi importante para garantir o bem estar do discente durante o ERE.
E98	NÃO	
E99	NÃO	
E100	NÃO	a) Foi de extrema importância, pois ajudou quem precisa
E101	NÃO	a) Para aqueles que perderam o emprego, foi muito importante, pois reduziu um gasto.
E102	NÃO	
E103	NÃO	a) Muita importância para garantir o sustento das famílias necessitadas que se agravou no período da pandemia. b) São importantes, pois com ela o estudante e sua família são garantidos o acesso a alimentação.
E104	SIM	a) Fiz doação b) Pode proporcionar maior ajuda aos que receberam.
E105	NÃO	

E106	NÃO	
E107	SIM	a) Auxiliou reduzindo as despesas com alimentação para minha família b) Foram de suma importância para nos auxiliar na permanência com os estudos, disponibilizando o necessário para que nos mantivéssemos na rotina de estudos.
E108	SIM	a) Economizar com comida no período de dificuldade
E109	SIM	
E110	SIM	a) É importante para as pessoas com mais necessidade conseguirem se alimentar e não se preocuparem tanto com o alimento b) É importante para as pessoas conseguirem estudar mesmo sem condições financeiras

.....Continuação do apêndice H

E111	SIM	a) Para complementar as compras mensais e auxiliar no custo de alimentação. b) Para evitar a evasão escolar e auxiliar o estudante no aprendizado.
E112	SIM	a) Foi importante para complementar as compras de casa b) Ajudaram bastante, e facilitaram as nossa vivência.
E113	SIM	
E114	SIM	
E115	SIM	a) Importante por causa que a economia passou, portanto, muita gente ficou sem condições de comprar seu próprio alimento. b) Os estudantes que tinham dificuldade financeira puderam devido a essas políticas ter acesso às aulas.
E116	SIM	a) Para ajudar as pessoas que estavam em dificuldade financeira b) Para todos poderem ter tido acesso as aulas
E117	NÃO	
E118	NÃO	a) Foi de extrema importância, eu não tive acesso, mas houveram pessoas que precisavam daquele kit durante o período da pandemia que foi muito difícil para algumas pessoas. b) Muito importante, pois não desmotivaram o estudante à estudar e sim facilitou o acesso à educação para eles.
E119	NÃO	
E120	NÃO	
E121	NÃO	a) Muita importância, pois tinha famílias que não estavam tendo condições de comprar alimentos. b) Muita importância, pois fundamental essa assistência aos estudantes para que pudessem continuar com os estudos.
E122	NÃO	a) Não tenho conhecimento pois não manifestei interesse b) Foram importantes para garantir a qualidade de vida e a integridade do aprendizado dos estudantes, cumprindo a função social do IFMG-GV
E123	NÃO	a) As famílias que não puderam manter a renda durante a pandemia puderam se alimentar melhor b) Para a inclusão digital dos estudantes
E124	NÃO	
E125	NÃO	
E126	SIM	a) O kit disponibilizado durante a pandemia não foi consumido por minha família, todavia, doamos para pessoas que precisavam dela.
E127	SIM	

E128	NÃO	a) Não tive interesse no kit, uma vez que na minha situação não foi necessário, mas acredito que foi fundamental para outras pessoas. b) Extrema importância
E129	NÃO	a) Auxiliar as pessoas que necessitavam com comida b) As políticas ajudam os estudantes de uma maneira geral
E130	SIM	a) De extrema importância para as devidas idiossincrasias de minha família.
E131	NÃO	a) O kit de alimentação serviu de apoio para os estudantes de baixa renda que tiveram o salário familiar afetado pela pandemia.
E132	NÃO	
E133	NÃO	a) Foi importante, porém não fiz uso deste benefício b) É essencial para garantir o sustento aos que precisam